



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

CURSO DE GRADUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

**ESTUDO DE CASO DAS INTERPRETAÇÕES DAS PRÁTICAS
EDUCOMUNICATIVAS PRESENTES NA BNCC**

Luigi Oliveira Fontenele

Patrícia Bezerra Pereira

Brasília-DF

2022

Luigi Oliveira Fontenele

Patrícia Bezerra Pereira

**ESTUDO DE CASO DAS INTERPRETAÇÕES DAS PRÁTICAS
EDUCOMUNICATIVAS PRESENTES NA BNCC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Comunicação da UnB como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Organizacional sob orientação do Professor Dr. Fernando Oliveira Paulino.

Brasília-DF

2022

Luigi Oliveira Fontenele

Patrícia Bezerra Pereira

**ESTUDO DE CASO DAS INTERPRETAÇÕES DAS PRÁTICAS
EDUCOMUNICATIVAS PRESENTES NA BNCC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Comunicação da UnB
como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação
Organizacional sob orientação do Professor Dr. Fernando Oliveira Paulino.

Brasília, 04/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Fernando Oliveira Paulino

Orientador

Professora Dra. Mariana Lopes

Membro 1

Professor Dr. Diogo Lopes de Oliveira

Membro 2

Professora Ma. Milena Marra

Suplente

AGRADECIMENTOS

PATRÍCIA BEZERRA:

Primeiramente, agradeço a Deus por tantas bênçãos recebidas ao longo de quase cinco anos de graduação. Agradeço também a Universidade de Brasília (UnB), instituição pela qual sempre fez meu coração bater mais forte. Meus mais sinceros agradecimentos à minha família (meu pai Manuel, minha mãe Graça e irmão Lucas) por sempre me incentivarem nos estudos. Obrigada por serem tão carinhosos e presentes na minha vida. Se eu consegui chegar até aqui, foi por vocês e para vocês. E é com esse mesmo pensamento que eu vou continuar lutando para permanecer atuante na Universidade.

Agradeço também aos meus amigos (em especial ao grupo Bt.247 e à Jéssica, Mariana, Nathália, Andressa e Letícia), que nunca deixaram de mostrar o verdadeiro significado da amizade. Obrigada por continuarem ao meu lado, seja para rir e comemorar a cada vitória alcançada ou para ouvir os meus longos desabaços, seguidos de abraços calorosos e palavras que serviram como rede de apoio ao longo de todo este período.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a três pessoas que foram essenciais para a minha trajetória na Iniciação Científica, na extensão em Comunicação Comunitária e na minha formação em Comunicação Organizacional: o professor e orientador Fernando Oliveira Paulino, a querida professora e colega de extensão Milena Marra e, claro, meu grande amigo (de estudos e de vida) Luigi Fontenele.

LUIGGI FONTENELE:

Agradeço a Deus, por me mostrar que sozinho eu não consigo nada e por se revelar sempre em bondade e amor. Agradeço a minha mãe, Vângela, pois sempre pude contar com seu apoio durante todo o curso, ao meu pai, Fontenele, que sempre proveu o necessário para que eu pudesse continuar, as minhas irmãs, Ray e Gabi, que muito me ensinaram e muito me escutaram durante todo esse processo de formação. Agradeço também a minha avó Maria, que abriu as portas da sua casa enquanto eu estagiava. Agradeço a minha prima, Fernanda, por me mostrar o universo da Comunicação.

Agradeço aos que me acompanharam durante o curso, a todos os amigos e colegas que tornaram tão bom esse período. Agradeço a toda Jubac, comunidade que eu amo fazer parte. Agradeço a todos do Studio BT247, foi um privilégio conhecer cada um de vocês. Agradeço ao Adrian e a Camilla, que proporcionaram tantos momentos bons nos “cafés dos comunicadores”. Agradeço ao Emanuel, que sabe como alegrar o dia de qualquer um, e a Diule, a melhor amiga que alguém poderia pedir.

Agradeço a todos do projeto de extensão Comunicação Comunitária, que me proporcionou um novo olhar sobre a universidade. Agradeço as(os) professoras(es) e toda a equipe da Secretaria de ComOrg, por serem tão humanizados e solícitos. Agradeço a Marra, que tanto me ajudou com a vida universitária. Ao meu orientador, Fernando Paulino, por ter aceitado meu primeiro projeto de Iniciação Científica e por ter continuado me mostrando novas oportunidades. Agradeço a Patrícia, a minha dupla nesse TCC e de toda a graduação, pela jornada que tivemos e vamos continuar tendo juntos. Agradeço a Universidade de Brasília, que tanto amo, por ser um sonho que se concretizou.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo as referências à Comunicação, sejam técnicas ou relacionadas à criação de ecossistemas comunicativos, presentes em competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de que forma elas são interpretadas pelas equipes pedagógicas da Educação Básica. Nessa perspectiva, a pesquisa foi desenvolvida para analisar de que maneira os professores e a coordenação pedagógica do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 03, de Sobradinho-DF, interpretam e aplicam as questões relacionadas à educomunicação apontadas na BNCC no ambiente escolar. Foram selecionados os principais conceitos da BNCC que se relacionam com a educomunicação para entender como essas práticas estão presentes nas turmas do ensino fundamental da instituição de ensino escolhida. Por fim, em entrevista com o coordenador pedagógico da escola e a partir de um questionário online aplicado para os professores, conclui-se que, mesmo com os processos educacionais presentes no dia a dia escolar, a formação é insuficiente para que os professores e a equipe pedagógica possam desenvolver novos métodos para lidar com todas as complexas vertentes da educomunicação.

Palavras-chave: Educomunicação; BNCC; Alfabetização midiática; Comunicação; Educação; Cidadania.

ABSTRACT

This work has as its object of study the references to Communication, whether technical or related to the creation of communicative ecosystems, present in competencies and skills of the National Common Curricular Base (BNCC) and how they are interpreted by teachers of public elementary schools. In this perspective, the research was developed to analyze how teachers of an elementary school (CEF) 03, in Sobradinho-DF, interpret and apply the issues related to educommunication pointed out in the BNCC in the school environment. The main concepts of the BNCC that are related to educommunication were selected to understand how these practices are present in the elementary school classes of the chosen educational institution. Finally, in an interview with the school's coordinator and from an online survey applied to the teachers, it is concluded that even with the educommunicative processes present in the school's daily life, it is evident that there is insufficient training for teachers and the school team so they can develop new methods to deal with all the complex aspects of educommunication.

Keywords: Educommunication; BNCC; Media literacy; Communication; Education; Citizenship;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Índice de evolução de aprendizado	39
Figura 2 - Porcentagem de aprendizado adequado	39
Figura 3 - Você se sente habilitado para o que leciona?	42
Figura 4 - Você se sente preparado para ministrar aulas que envolvam as TIC's?	44
Figura 5 - Já fez algum curso que envolva o ambiente digital e tecnologias relacionadas?	44
Figura 6 - Desafios enfrentados em sala de aula ao tratar sobre as TIC's	46
Figura 7 - Grau de aplicação da competência nº 6 da área de Linguagens	47
Figura 8 - Ferramentas utilizadas para fins didáticos durante a pandemia	49
Figura 9 - Grau de importância da competência nº 6 de Língua Portuguesa	50
Figura 10 - Grau de aplicação da competência nº 6 de Língua Portuguesa	50
Figura 11 - Relevância do envolvimento estudantil na tomada de decisões do dia a dia escolar	51
Figura 12 - Grau de aplicação da competência nº 2 da área de Linguagens	53
Figura 13 - Grau de aplicação da competência nº 3 da área de Linguagens	54
Figura 14 - Grau de importância da competência nº 10 de Língua Portuguesa	55
Figura 15 - Grau de aplicação da competência nº 3 da Educação Básica	56
Figura 16 - Grau de importância da competência nº 9 da Educação Básica	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.....	15
2.1. Métodos e técnicas da Pesquisa.....	15
2.2. Termos e conceitos.....	19
2.2.1. Educomunicação.....	19
2.2.2. Base Nacional Comum Curricular.....	22
2.2.3. Mobilização Social e Cidadania.....	24
2.2.4. Alfabetização Midiática e Informacional.....	26
3. DESENVOLVIMENTO.....	29
3.1. A Educomunicação na BNCC.....	29
3.2. O Centro de Ensino Fundamental 03 de Sobradinho.....	38
3.3. Pesquisa sobre as práticas educomunicativas com professores.....	41
4. CONCLUSÕES.....	58
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE.....	65

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa buscou analisar as referências acerca das técnicas e ferramentas da comunicação presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e responder a pergunta de como os conceitos relacionados às práticas de educomunicação previstos no documento são interpretados e praticados no dia a dia escolar. Para tanto, foi desenvolvido estudo de caso a partir de práticas e reflexões realizadas no cotidiano escolar do Centro de Ensino Fundamental 03 (CEF03), de Sobradinho I, para identificar o nível de conhecimento e aplicação dos professores acerca dos conteúdos sobre comunicação na BNCC. A escola está localizada em uma área urbana do Distrito Federal (DF) desde novembro de 1972. O CEF 03 abriga os anos finais do ensino fundamental, ou seja, desde o 6º ao 9º ano e funciona nos turnos matutino e vespertino.

Este trabalho é desenvolvido na área da Comunicação a partir das pesquisas teóricas Educomunicativas, que acabam por configurar uma interface com a área da Educação. Baseando-se em metodologia de Martino (2018), Santaella (2001) e Gil (2002) e também em experiências anteriores de pesquisas que envolviam comunidades escolares¹, o objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi verificar como as competências da BNCC, relacionadas ao campo da Comunicação, são interpretadas pelas equipes pedagógicas do CEF 03 e de que forma são aplicadas. O texto da BNCC propõe mudanças na educação básica que, apesar de importantes e necessárias, não necessariamente deixa claro por quais meios, recursos e formações essas modificações podem ser aplicadas. A partir disso, tornou-se relevante entender a visão da equipe que compõe o núcleo escolar acerca das alterações pedagógicas na Educação Básica, propostas pela Base Nacional Comum Curricular.

Assim, a problemática considera as questões pedagógicas, tanto dentro da sala de aula quanto na gestão escolar, no que diz respeito ao uso e às aplicações da comunicação, conforme o que é proposto e orientado pela BNCC. Além disso, foi necessário compreender se há acompanhamento ou formação adequada de toda a equipe pedagógica para atuar nas competências relacionadas à educomunicação.

¹ Projetos de iniciação científica publicados nos anais do 26º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e 17º do Distrito Federal. Disponível em: <<https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaoocientifica/26CICUNB17DF/schedConf/presentations>>. Além disso, também houve participação dos formandos no Projeto “Comunicação, Educação, Mobilização Social e Acesso à Informação no Distrito Federal e no Distrito de Columbia”, desenvolvido com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

O ambiente escolar, com base na sua estrutura e em todos os seus agentes sociais, promove um espaço de diversas potencialidades para práticas de Comunicação e Educação e esse fato é evidenciado na definição utilizada pela Secretaria de Ensino Básico e pelo Ministério da Educação para a área de conhecimentos de Linguagens, em que afirma, no documento de proposta curricular que antecedeu a BNCC:

São conhecimentos que “possibilitam mobilizar e ampliar recursos expressivos, para construir sentidos com o outro em diferentes campos de atuação, além de propiciar a compreensão de como o ser humano se constitui como sujeito e como age no mundo social em interações mediadas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos” . (BRASIL, 2016 *apud* SOARES, 2016, p.18)

Nesse sentido, práticas envolvendo a comunicação dentro das escolas são de fundamental importância para que professores e estudantes entendam sobre a relevância e atuação da alfabetização midiática e informacional, responsável por enfatizar a “importância do acesso à informação e avaliação do uso ético dessa informação. (...) A alfabetização midiática enfatiza a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se racionalmente junto às mídias com vistas à autoexpressão.” (UNESCO, 2013, p.18). A partir disso, é possível fazer com que o aluno compreenda, critique e se aproprie das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) para usufruir da liberdade de expressão, direito à informação e se mobilizar perante suas vontades, “em prol da cidadania democrática e da diversidade cultural” (UNESCO, 2013, p. 33).

Entretanto, vale destacar que os professores e estudantes participam de processos comunicativos diariamente em suas condutas pedagógicas, desde a troca de conhecimentos dentro de sala de aula até o impacto que as técnicas aprendidas causam na comunidade em que o aluno está inserido. A comunicação resultante da participação de pessoas aponta para a Comunicação Comunitária, que é feita pela e para a comunidade (Peruzzo, 2009) - no caso desta pesquisa, a escolar - e é desenvolvida de forma democrática. Ainda de acordo com Peruzzo (2009, p.39):

“O exercício do direito à comunicação comunitária já se entrelaça aos modos de educação informal (processada no dia-a-dia e por meio das práticas no âmbito da comunicação) e o não-formal (participação em treinamentos, oficinas propiciadas por instituições) que ocorrem no contexto das lutas sociais e possibilitam rico processo de educomunicação.”

Esse debate envolvendo áreas de intervenção da comunicação dentro das escolas dialoga diretamente com práticas educomunicativas. Segundo Soares (2018, p. 12), a educomunicação é aplicada quando há “relações de comunicação em espaços educativos, buscando a implementação de uma gestão democrática dos recursos da informação com a participação de professores, estudantes e membros da comunidade educativa.”. Ainda de acordo com Soares (2018), há quatro áreas de intervenção fundamentais para aplicar a educomunicação: a gestão democrática da comunicação, a pedagogia dialógica, a mediação tecnológica e a educação midiática.

Ainda que a educomunicação abranja a gestão democrática e o letramento midiático e informacional para além dos muros da escola, é na área de Linguagens - definida pela BNCC como as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes e Educação Física - que, segundo Soares (2016), se encontra uma abordagem mais próxima à intersecção entre Comunicação e Educação. Afinal, é por meio da área de Linguagens que se incentiva “conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos em variadas esferas da comunicação humana, das mais cotidianas às mais formais e elaboradas.” (*Idem*, 2016, p. 18)

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de referência na educação básica brasileira, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado em 2017 pelo então ministro da Educação, Mendonça Filho. A última atualização do documento foi realizada em 2018, com a adição de diretrizes para o ensino médio. A base é usada para guiar diretrizes e ações essenciais para o aprendizado de milhares de estudantes de todas as redes de ensino do país. Dentro deste documento, encontra-se diferentes habilidades e competências específicas para cada área de ensino, orientando o que deve ser trabalhado e por quais caminhos seguir.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). (SEIBT; 2019, p.25)

Logo na introdução das competências gerais da educação básica, é possível encontrar algumas pontuações que, apesar de não conter o termo “educomunicação”, se relacionam com práticas comunicativas, como as competências 4, 5 e 7. Essas competências citam o uso de diferentes linguagens para expressão e compartilhamento de informações, bem como a apropriação de tecnologias de informação e comunicação e a argumentação com base em

dados confiáveis, conforme será explicitado no desenvolvimento da pesquisa. O mesmo acontece nas competências específicas de linguagens, sobretudo nas que dizem respeito à língua portuguesa e artes.

Apesar disso, segundo Soares, desde a sua publicação, diversos professores, pedagogos, entidades e associações questionam a aplicabilidade dos conceitos que constam no documento. Um dos descréditos se dá pelo fato de não ser possível prever “espaços no currículo para que professores e alunos disponham de condições de tempo para o indispensável acesso a uma formação específica que lhes garanta conhecimentos suficientes para cumprir o que a eles está sendo proposto.” (SOARES, 2016, p. 17)

Vale ressaltar que este trabalho surge após duas experiências de pesquisa em Iniciação Científica² com temáticas relacionadas à Educomunicação, Cidadania e Mobilização Social. Ao longo da aplicação dos projetos anteriores buscou-se compreender a maneira como a área da Comunicação poderia ser aliada na formação cidadã dos estudantes do ensino fundamental e médio. Em ambas as aplicações desses projetos foram realizadas experiências de extensão com o público da pesquisa (estudantes e professores), aconteceram oficinas do uso das TICs e foram promovidos debates. A partir dessas experiências, notou-se que:

A intersecção entre Comunicação e Educação é bastante positiva quando incentiva a criação de iniciativas de alfabetização mediática no cotidiano escolar. Também destaca que, além das atividades de formação, a educomunicação deve tocar o sistema de gestão educacional, ao ampliar a participação dos estudantes e estimular uma pedagogia dialógica. (FONTENELE, 2021, p.8)

Por outro lado, as pesquisas anteriores também evidenciaram o fato de que ainda há muito a ser trabalhado para que essa intersecção entre Comunicação e Educação possa ser aplicada de forma plena nas escolas. Um, entre possíveis fatores que impedem a execução em maior potencial da educomunicação nas escolas, talvez seja o fato de que não existe formação ou recursos (materiais ou imateriais) suficientes para tal prática. Essa percepção levou à definição do problema e objetivos desta pesquisa, acima descritos. Além dessas experiências em Iniciação Científica, também aconteceram participações em projetos financiados pela FAP-DF que envolviam Comunicação e Educação, tais como “Comunicação, Educação, Mobilização Social e Acesso à Informação no DF e no Distrito de Columbia”, “Comunicação

² Projetos de pesquisa “Comunicação, Educação e Mobilização Social: a autonomia nos processos comunicacionais em escolas públicas do DF” e “Comunicação, Educação e Mobilização Social: o ensino e aplicação dos processos comunicacionais em escolas públicas do DF”, que tinham como objetivo investigar os processos e ferramentas de comunicação nas escolas por parte dos estudantes e seu envolvimento com a promoção da cidadania.

Comunitária, Mobilização Social, Articulação Territorial e Cidadania na Fercal” e também envolvimento com o grupo de pesquisa Comunicação Comunitária e Cidadania.

Por fim, a justificativa desta pesquisa se dá pelo fato de que a BNCC é um instrumento norteador da educação básica brasileira, sendo necessária a análise e acompanhamento de suas aplicabilidades no dia a dia escolar para que haja o usufruto do documento em toda a sua totalidade. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) assegura o uso e o acesso à comunicação e à informação como direitos de fundamental importância para o pleno exercício da cidadania. Logo, entender como a equipe pedagógica - professores e coordenadores - têm lidado com os temas relativos à comunicação dentro das salas de aula é um meio de fortalecer a autonomia estudantil e as práticas cidadãs dos seus estudantes (UNESCO, 2013).

2. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

2.1. Métodos e técnicas da Pesquisa

O trabalho de conclusão de curso seguiu uma abordagem majoritariamente qualitativa, pois “se propõe a colher e analisar dados descritivos, obtidos diretamente da situação estudada” (MICHEL, 2015, p. 40) para solucionar de que forma as práticas educacionais são compreendidas e aplicadas em sala de aula por professores, além de investigar como as equipes pedagógicas interpretam e aplicam no ambiente escolar, como um todo, as questões relacionadas à educação apontadas na BNCC.

Além disso, buscou-se questionar se existe formação suficiente para que os professores possam tratar de assuntos emergentes dentro da educação midiática e educação. A pesquisa classificada como qualitativa diante da análise de dados, possui uma configuração que, de acordo com Santaella (2001, p.145), "ressalta as significações que estão contidas nos atos e práticas". Ainda, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, existe um leque de possibilidades metodológicas para aplicação da mesma, além de exigir uma série de definições em sua estrutura e planejamento, de acordo com os protocolos descritos por Santaella (2001, p.143), tais como:

Delimitação e formulação claras de um problema, sua inserção em um quadro teórico de referência, a coleta escrupulosa de dados, a observação, as entrevistas, quando necessárias, a determinação de um método, a análise de dados, o teste das hipóteses, a necessidade de generalização das conclusões etc.

Pensando na classificação de acordo com o objetivo deste trabalho, a monografia assume um caráter exploratório a exemplo de pesquisas que:

têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. (GIL, 2002, p.41)

Assim, este trabalho propõe uma análise inicial sobre a associação entre as questões relacionadas à Comunicação na BNCC e as escolas dentro do âmbito de ensino fundamental, buscando compreendê-las como instrumentos capazes de integrar os estudantes à vida cívica e ampliar seu protagonismo, participação e criticidade. Além disso, é relevante ressaltar que o conceito de Educação tratado neste trabalho está ligado principalmente às práticas e estudos realizados na América Latina, conforme reflexões sistematizadas por Soares (2013)

em outros estudos publicados³. Pensando no caráter exploratório deste trabalho de conclusão de curso, foi necessário encontrar os procedimentos técnico-metodológicos que melhor contemplassem as questões aqui discutidas. Gil (2002) afirma que o tipo de pesquisa exploratória normalmente envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que possuem experiências práticas com o problema delimitado e análise de exemplos para melhor compreensão, culminando em grande parte das pesquisas desse tipo na escolha do estudo de caso como procedimento metodológico.

Dessa maneira, o estudo de caso foi considerado como uma boa alternativa a ser escolhida diante de toda a proposta e planejamento da pesquisa. Pensar na experiência dos professores da área de linguagens do CEF 03 com educomunicação a partir das competências descritas na BNCC pode revelar, não necessariamente um padrão, mas uma evidência de como é essa experiência no sistema educacional de ensino fundamental como um todo. É o que Martino (2018, p. 205) considera como característica dos estudos de caso: "estudando um caso, é possível ter ideia do que acontece em outros – é a noção de representatividade, decisiva para a escolha do caso a ser estudado. Um caso é representativo quando muitos outros poderiam ser analisados, com resultados semelhantes."

A ideia de representatividade utiliza quase que um recurso metonímico em que a parte representa o todo. Porém, é muito importante ter em mente que os estudos de casos apontam, também, para particularidades de cada amostra. Martino (2018, p. 205) afirma que "o estudo de caso não é um "exemplo", mas exemplar no sentido de ser representativo da situação que se busca analisar. [...] Foca um único caso que, por suas características particulares, permite compreender melhor o conjunto de uma situação."

Para se obter informações em um estudo de caso pode-se utilizar vários métodos. No caso deste trabalho, em uma primeira etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica que trouxe maior proximidade com o tema para que fosse possível entender do que se trata o documento norteador da educação básica brasileira, bem como se aprofundar nos termos relacionados à educomunicação, mobilização social e alfabetização midiática e informacional. Logo, além da Base Nacional Comum Curricular, também foram considerados como referência autores da área da Comunicação e Educomunicação como Soares (2018),

³ O autor Ismar de Oliveira Soares faz um panorama das tradições do campo em: Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In: LIMA, João Cláudio Garcia R.; MELO, José Marques de (org.). Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil: 2021/2013.

Paulino (2020), Franco (2020) Peruzzo (2009), Seibt (2019) e materiais publicados pela UNESCO, tais como “Alfabetização Midiática e Informacional: Currículo para Formação de Professores” (2013) e o “Alfabetização Midiática e Informacional: Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias” (2016).

De acordo com a BNCC, a maior desenvoltura e autonomia conquistados por estudantes que estão na fase do ensino fundamental permitem “a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e para além dela”. (BRASIL, 2018, p. 58). Por esse motivo, o recorte do presente trabalho de conclusão de curso foram os professores da área das linguagens - língua portuguesa, língua estrangeira, artes e educação física -, já que é a partir da participação e letramento que o estudante pode obter alguns dos primeiros contatos com as práticas educacionais (SOARES, 2016). Afinal, os conhecimentos adquiridos pela área de linguagens “possibilitam mobilizar e ampliar recursos expressivos, para construir sentidos com o outro em diferentes campos de atuação” (SOARES, 2016, p. 18).

A partir da pesquisa bibliográfica, foi possível desenvolver novas perspectivas sobre o tema e construir ligações que foram fundamentais para desenvolver o trabalho de conclusão de curso. As diferentes análises de diversos autores sobre uma mesma temática foram norteadoras para relacionar o objeto da pesquisa com o estudo de caso. Após essa fase, foi formulado e aplicado um questionário online para entender como os professores da escola de ensino fundamental escolhida para o estudo de caso interpretam e desenvolvem a educação em sala de aula.

Quanto ao questionário, foram desenvolvidas questões de resposta livre, em que existe a possibilidade de discussão relacionada à pergunta, e também questões de respostas estimuladas, em que o entrevistado pode escolher uma ou várias respostas a depender da pergunta (MARTINO, 2018). Outro recurso utilizado na aplicação do questionário foi a Escala de Likert, utilizada como uma alternativa a medições restritas a ideias opostas como "sim ou não", "concordo ou não concordo". A Escala de Likert, de acordo com Martino (2018), nos permite observar os julgamentos de valor a respeito de um determinado tema a partir do grau de concordância ou importância, a depender da questão, através da estruturação das alternativas em escalas crescentes ou decrescentes.

Para a aplicação desse questionário, a amostragem foi definida de acordo com o grau de relevância para este trabalho, assim, o grupo dos professores que ministram disciplinas da área de linguagens no CEF 03, composto por 20 docentes, foi convidado a responder. Os 10 professores que responderam compõem a amostra deste trabalho. Dessa maneira, uma plataforma online foi escolhida para a aplicação do questionário⁴, essa escolha se deve ao fato das facilidades oferecidas pela plataforma na tabulação dos dados. Além da possibilidade de resposta digital, também houve aplicação do questionário de maneira presencial no ambiente de trabalho dos professores, o CEF 03, de forma que, se houvesse qualquer dúvida por parte dos professores, esta poderia ser rapidamente sanada sem prejudicar os dados coletados.

Além disso, foi realizada uma pesquisa semiestruturada com o coordenador pedagógico da escola, o Samuel Montenegro. Segundo Martino (2018, p. 151) esse tipo de entrevista:

É utilizada quando o objetivo é conhecer o pensamento do entrevistado sobre determinado assunto, dando uma margem de liberdade para suas próprias considerações e mudanças de rumo, mas sem perder o recorte específico da pesquisa.

Assim, foi criado um roteiro de perguntas, mas o entrevistado pôde acrescentar mais informações além das solicitadas. A escolha por esse tipo de entrevista foi positiva para este trabalho porque, dessa forma, foi possível ter acesso a ideias relevantes do entrevistado com relação à temática da pesquisa e, também, conhecer um pouco melhor sobre o contexto escolar a partir de sua perspectiva como coordenador pedagógico.

Este trabalho buscou realizar diversas conexões com a área da educação, porém, é amparado majoritariamente por pesquisadores da área da comunicação pelas perspectivas teóricas da educomunicação para levantar questões como a alfabetização midiática e informacional, cidadania e mobilização social. É importante ressaltar que a educomunicação configura uma área de conhecimentos que, segundo Soares (2013, p. 185), traduz "uma prática não exatamente à margem dos tradicionais campos da comunicação e da educação, mas justamente em sua interface, às vezes com eles se confrontando e, em outras, com eles colaborando." Ainda, o mesmo autor considera que a educomunicação acabou se distanciando, em termos teóricos-metodológicos, das áreas tradicionais da comunicação e educação e suas perspectivas tecnicistas, conteudistas e funcionalistas. Dessa maneira, a

⁴ Disponível em: <https://forms.gle/SF3JoK4iDqNjHACp6>

educomunicação acabou por definir os próprios referenciais teóricos e procedimentos metodológicos (SOARES, 2013).

Finalmente, por mais que se busque entender a interpretação geral das equipes pedagógicas sobre as relações da BNCC com a comunicação, a pesquisa utiliza um recurso sinédoque⁵ para trazer resultados de uma experiência concreta e local - aplicada no CEF 03 - para representar uma parte do que temos no sistema como um todo. Com o resultado das pesquisas e a análise de respostas da equipe pedagógica da escola, tornou-se possível relacionar o conteúdo dos mesmos com os apontamentos teóricos adquiridos ao longo da leitura bibliográfica e referencial.

2.2. Termos e conceitos

Para o desenvolvimento da pesquisa, o trabalho de conclusão de curso foi ancorado pelos principais aspectos teóricos de conceitos relacionados à educomunicação, mobilização social, alfabetização mediática e informacional e cidadania, bem como nas determinações presentes no documento da Base Nacional Comum Curricular.

2.2.1. Educomunicação

Este trabalho tem como base as publicações de Ismar de Oliveira Soares, referência nos estudos sobre educomunicação no Brasil, em que afirma que as práticas comunicativas buscam “implementar paradigmas sobre como ler o mundo e conviver com os que nele habitam e o transformam a partir da ótica da liberdade universal de expressão aplicada essencialmente nos espaços educativos” (SOARES, 2013, p. 187). A partir dessa conceitualização, Soares faz uma relação entre as ferramentas e instrumentos comunicativos, capazes de promover a liberdade de expressão, cidadania e mobilização social, e os desdobramentos que elas influenciam na fase escolar e vida cívica dos estudantes. Ainda em conceitualizações, em termos gerais, o autor define “educomunicação” como:

⁵ Este termo faz referência a figura de linguagem “Metonímia” e caracteriza bem a abordagem exemplar do estudo de caso. Warley Souza, autor da matéria “Metonímia: o que é, tipos e exemplos” no website Português descreve a sinédoque como “uma metonímia associada ao conceito de extensão: parte pelo todo, qualidade pela espécie, singular pelo plural, matéria pelo objeto, indivíduo pela classe.”. Disponível em: <<https://www.portugues.com.br/gramatica/metonimia.html>>

[...] o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. (SOARES, 2002, p.24).

O caminho percorrido até que o termo educomunicação chegasse a essa definição foi longo e, ainda hoje, existem muitos pontos a serem discutidos para que seja alcançada a unanimidade quanto a temática. Isso se deve ao fato de que ao redor do globo existem algumas diferenças com relação a abordagem de terminologias que relacionam educação e comunicação. Por exemplo, na Europa e em países norte americanos o termo *media literacy* é comumente utilizado, porém, na América Latina ele não compreende a totalidade do que é atribuído a educomunicação. Mas hoje já existe o reconhecimento da contribuição latina pioneira para o pensamento educacional, bem como suas diferenças das experiências a partir do conceito de *media literacy*. (SOARES, 2013)

É importante ter em vista o contexto do surgimento da discussão sobre educomunicação na América Latina para compreender como a mesma se diferencia da literacia midiática. Assim como o termo educomunicação, segundo Lopes (2011), ainda não há um consenso internacional em torno da definição de literacia mediática, mas a partir da consolidação teórica e abrangência conceitual de autores reconhecidos na temática - tal como Aufderheide, Firestone, Thoman, Livingstone e Jolls - “literacia mediática é a capacidade de acessar, analisar, avaliar, criar e comunicar mensagens em diversos contextos.” (LOPES, 2011, p. 27).

Tanto a prática educacional quanto a literacia midiática estão diretamente ligadas às questões de mobilização social, de cidadania e do coletivo. Organizações sociais ligadas ao protagonismo infantil e promotoras de direitos universais incentivaram ambas as práticas de interface entre educação e comunicação na América Latina com projetos que incentivam a leitura crítica da mídia e apropriação dos processos de comunicação (SOARES, 2016). Porém, as experiências com educomunicação no Brasil, especialmente as realizadas pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) demonstraram que:

Não fazia sentido tomar a interrelação entre a comunicação e a educação a partir de seus costumeiros usos – como, por exemplo, o emprego didático das TICs pela educação – ou de suas múltiplas rejeições, como a exacerbação da crítica aos conteúdos da mídia. A questão central passou a ser a pergunta sobre como poderiam

os sujeitos sociais criar “ecossistemas comunicativos” que correspondessem às suas aspirações por uma nova sociedade. (SOARES, 2013, p.185)

Essa questão central de como podem ser criados tais ecossistemas educomunicativos abre um leque de possibilidades que vão além de simplesmente "educar para a mídia". Por mais que a educação/literacia midiática constitua quase que uma base para o pensamento educomunicativo, a mesma se mostra limitada diante das possibilidades do campo de interação entre Comunicação e Educação. Isso se deve ao fato de que essa interface constituiu os próprios procedimentos teóricos metodológicos e é demonstrada como um espaço de participação coletiva, contra a lógica tecnicista de mercado, voltada para a cidadania e que interfere inclusive na gestão de espaços em prol da liberdade de expressão. (SOARES, 2013)

Dentro do contexto escolar, a educomunicação está firmada no que Freire (1980) afirma sobre Pedagogia Dialógica. Promover a participação dos estudantes não somente nos processos de aprendizagem, mas também nos de gestão comunicativa, cria um entendimento de pertencimento a uma comunidade e relações cordiais. Tratando-se de comunicação comunitária, Peruzzo (2006, p.10) chega a afirmar que "a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educomunicativos, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania." Inclusive no combate à desinformação e no incentivo da noção de pertencimento territorial e cultural, de acordo com resultados encontrados através da pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Trabalho de Comunicação da ASA Paraíba, “conteúdos educativos, curtos e de fácil replicação nas redes sociais, atrelados ao exercício do diálogo, têm a capacidade de servir como antídoto a conteúdos falsos e de fortalecer a percepção e valor cultural” (SOUSA *et al.*, 2021, p. 224).

Quanto à aplicação das práticas educomunicativa em sala de aula, Soares (2011) destaca quatro áreas de intervenção para a aplicação da educomunicação: a gestão democrática da educomunicação (que diz respeito aos espaços sociais e o uso/apropriação deles), pedagogia dialógica (dentro dos espaços educacionais), mediação tecnológica (com vistas ao empoderamento à expressão coletiva) e a educação midiática (que se relaciona com o letramento midiático, transversal ao currículo).

Dentro do ambiente escolar, a educomunicação tem como objetivo a “implementação de uma gestão democrática dos recursos da informação com a participação de professores,

estudantes e membros da comunidade educativa” (SOARES, 2018, p. 12). Para isso, é necessário estabelecer metodologias para que haja a apropriação dos meios de comunicação, além do estudo e a prática de mecanismos relacionados à literacia midiática, liberdade de expressão, desinformação e outros conceitos dentro desta temática, principalmente pela juventude. Oliveira et al. (2021, p. 224) afirma que a juventude tem papel fundamental na disseminação de informações, visto “sua maior habilidade com as novas tecnologias da comunicação e informação.” Atualmente, o documento mais recente e atualizado que norteia e incentiva esses processos em toda a rede de ensino brasileiro é a Base Nacional Comum Curricular.

2.2.2. Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada em 2017 pelo então ministro da Educação Mendonça Filho, foi criada com o intuito de “qualificar a educação brasileira, como um todo, considerando o novo perfil de aluno, visando a sua formação integral” (SANTOS, GHISLENI, 2019, p. 6). De acordo com o site oficial da Base, na plataforma do Ministério da Educação (MEC)⁶, o documento é orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

A ideia de criação de um documento semelhante a BNCC começou entre 1998 e 2000, com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental e médio, cuja finalidade era difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias. Em 2008 foi elaborado o Programa Currículo em Movimento, que busca melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio. Já em 2010, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs) com o objetivo de orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino.

A partir da formulação desses documentos e com algumas propostas para a Educação Básica realizadas na Conferência Nacional pela Educação (Conae) e no Seminário Interinstitucional para elaboração da BNC, foi criada, em 2015, a primeira versão da Base

⁶ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/>

Nacional Comum Curricular. A segunda e a terceira versão do documento foram desenvolvidas ao longo de 2016, mas foi em abril de 2017 que o MEC entregou a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e o documento foi homologado. Após isso, a Base recebeu apenas mais uma versão, homologada em 2018, com a adição de diretrizes voltadas para o Ensino Médio. Desde então, foi implementado o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), a fim de reforçar a leitura e o uso da Base como uma referência às aprendizagens previstas para toda a Educação Básica.

A BNCC contém competências e habilidades progressivas desde o ensino básico até o ensino médio, com base nos tópicos de maior relevância para o estudante na vida cívica, profissional e estudantil, bem como nos assuntos relacionados à atualidade, destacando a “discussão pedagógica e social das últimas décadas” (BRASIL, 2018, p. 13). Através dele, as escolas têm autonomia para construir currículos e elaborar metodologias para todo o ano letivo a partir das orientações estabelecidas pelas competências gerais e aquelas definidas de forma específica para cada área de ensino.

De acordo com Seibt (2019), essas competências descritas no documento são um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que contribuem para que o estudante consiga resolver demandas complexas da vida cotidiana. Com base nisso, a BNCC propõe uma pedagogia ativa, em que os estudantes - amparados pelos professores - desenvolvam habilidades a partir de cada competência até o fim da fase escolar para que saibam como aplicá-la no dia a dia. Para incentivar essas ações, o documento dispõe de “habilidades envolvendo processos cognitivos como investigar, analisar e criar, em contraposição a outros, como lembrar e identificar. Isso favorece o protagonismo do aluno dentro e fora de sala de aula.” (SEIBT, 2019, p. 25).

O documento - repleto de referências à liberdade de expressão, direito à comunicação, promoção da cidadania, respeito à diversidade e responsabilidade socioambiental em suas competências gerais e específicas de cada área de conhecimento - foi embasado na Constituição Federal de 1988, que prevê, em seu Artigo 210, a Base Nacional Comum Curricular. Além disso, também foi desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE) e em outros artigos relacionados ao direito à educação da legislação brasileira, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996) e a Resolução n. 4, de

13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs).

Além disso, o estímulo a ações justas e democráticas também se mostram alinhadas à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (SEIBT, 2019), que, segundo o website do United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), representa um plano de ação global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para erradicação da pobreza, proteção do planeta e garantia da paz e prosperidade

Todo esse referencial objetiva pontuar “maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.” (BRASIL, 2018, p. 12).

2.2.3. Mobilização Social e Cidadania

A pedagogia ativa proposta pela BNCC, desde a educação básica, em preparar o estudante em diferentes habilidades para que ele saiba resolver com praticidade os problemas de diferentes ordens dialoga com o conceito de mobilização social defendida por Toro e Werneck (1996). Segundo os autores:

A mobilização social é uma forma de construir na prática o projeto ético proposto na constituição brasileira (...) e ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos. (TORO; WERNECK, 1996, p. 3-5).

Por meio dessa definição, as práticas educacionais se relacionam com a mobilização social a partir do momento em que “a participação é uma aprendizagem. Se conseguimos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa (como a melhoria da escola do bairro), depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas” (TORO, WERNECK; 1996, p. 15).

Nesse sentido, a mobilização social está diretamente relacionada com uma participação conjunta, ainda sob a perspectiva de Toro e Werneck (1996, p. 5), com vistas a "provocar e construir mudanças". Semelhantemente, a BNCC (2018, p. 17) destaca o “potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa” ao mesmo passo que incentiva o aluno, através da competência geral nº 10 da

educação básica, a “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação” (BRASIL, 2018, p. 9).

O incentivo à mobilização social presente na BNCC é fundamental para a formação dos estudantes, já que, segundo Peruzzo (2009), são esses processos mobilizadores, em conjunto com os recursos disponíveis de cada época, que promovem e "evidenciam o exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitador das lutas pela conquista de direitos de cidadania" (PERUZZO, 2009, p. 36). Esses elos comunicativos dentro de cada mobilização social, estimuladas pelas escolas públicas através da BNCC, possibilitam “educar segmentos sociais para a cidadania, promover a melhoria de sua qualidade de vida, contribuindo para seu desenvolvimento social e econômico.” (HENRIQUES, 2001, p. 2).

Diante disso, é possível fazer uma associação entre o incentivo às práticas cidadãs nas ações de mobilização social e o “saber fazer” que a BNCC promove e valoriza em seu documento, que visa o pleno exercício da cidadania a partir do conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores aprendidos em sala de aula. (BRASIL, 2018)

Sobre cidadania, segundo Carvalho (2002, p. 210), “a educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas no que se refere ao exercício dos direitos civis e políticos” . Nesse mesmo raciocínio, a BNCC (2018, p. 61) afirma que é compromisso da escola “propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos.” Portanto, com base no que foi defendido pelo autor e o que é promovido pelo documento, a escola se mostra como um forte aliado na formação de uma sociedade ativa, crítica e mobilizadora.

Nas pesquisas de Iniciação Científica realizadas pelos autores antes dessa monografia havia uma preocupação em entender como a Comunicação se relaciona com a cidadania e mobilização social. As conclusões, a partir de uma análise teórica de autores dos tópicos em questão, apontam para a comunicação que deve ser entendida como um direito, porque é de fato, segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) no Artigo XIX: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios". Assim, perceber como o pleno exercício dos direitos é fundamental para o exercício da cidadania e manutenção da democracia, também implica em perceber a importância do direito à comunicação nesses processos. De acordo com Carvalho (2002, p.

9) é um "costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos."

Dessa forma, para que os direitos sejam conquistados e desfrutados em sociedade, é igualmente importante pensar na perspectiva de Toro e Werneck (1996, p. 5):

Os processos de mobilização social fazem parte dessa luta por direitos e ocorrem quando um grupo de pessoas, uma comunidade decide e age cotidianamente em prol de um objetivo comum, buscando resultados decididos e esperados por todos.

Sendo assim, tais processos de mobilização social não podem ser ignorados ao se tratar da plena cidadania através do exercício de direitos. Os mesmos provocam a mudança nos meios sociais, como já citado anteriormente, e estão relacionados aos direitos de liberdade de expressão e à comunicação. Essa relação visa uma sociedade que pratica inteiramente a cidadania e por conta disso existe a preocupação na BNCC com questões de acesso à informação, alfabetização midiática e educomunicação.

2.2.4. Alfabetização Midiática e Informacional

Além das práticas de mobilização social, torna-se relevante incentivar atividades que promovam uma alfabetização midiática e informacional, afinal "os jovens estão, aqui e em outras partes do mundo, utilizando cada vez mais, em seu proveito, as informações disponíveis na internet." (SOARES, 2012, p. 27). Nesse sentido, a UNESCO (2013, p. 18) define a alfabetização midiática como a "capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se racionalmente junto às mídias com vistas à autoexpressão". Já a alfabetização informacional diz respeito ao acesso à informação e a avaliação crítica e ética desse conteúdo recebido (UNESCO, 2013).

Ainda de acordo com a Unesco (2013), a alfabetização midiática e informacional são técnicas capazes de tornar possível a capacidade de compreender, avaliar, interagir e se apropriar das mídias, com as informações recebidas e àquelas que são repassadas. Nessa perspectiva, essas competências visam capacitar e equipar os cidadãos com "habilidades de raciocínio crítico, permitindo que eles demandem serviços de alta qualidade das mídias e de outros provedores de informação" (UNESCO, 2013, p. 16).

Em conjunto a essas habilidades relacionadas à mídia e informação, torna-se possível o fomento de um “ambiente propício em que as mídias e outros provedores de informação possam prestar serviços de qualidade” (UNESCO, 2013, p. 16), o que permite que a nossa sociedade cumpra com os “requisitos da boa governança e da democracia participativa” (FRANCO *et al.*, 2020, p. 50). A partir disso, essas “competências midiáticas e informacionais permitem aos cidadãos conhecer os seus direitos e as suas responsabilidades midiáticas e informacionais para exigir o acesso livre à informação por meio da mídia independente e diversificada e outros provedores de informação” (UNESCO, 2013, p. 19).

Nesse sentido, segundo a UNESCO (2013), as políticas voltadas para a alfabetização midiática e informacional promovem uma maior participação ativa e democrática, conscientização sobre as responsabilidades éticas da cidadania global e permite uma maior diversidade, diálogo e tolerância

A problematização e discussão da relação entre literacia mediática e cidadania/participação têm vindo a ganhar centralidade na contemporaneidade, principalmente por via da evidente e muito relevante (e não raras vezes ambígua) codependência entre media e democracia (muito sustentada no reconhecimento do pluralismo de ideias e na livre expressão da opinião, na recusa da censura institucionalizada). (LOPES, 2011, p. 29)

No que diz respeito à relevância da alfabetização midiática e informacional, a BNCC (2018, p.14) ressalta a importância do “desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas”. Essa pontuação é relevante para o sistema educacional brasileiro quando entendemos que “uma sociedade alfabetizada em mídia e informação promove o desenvolvimento de mídias livres, independentes e pluralistas, e de sistemas abertos de informação” (UNESCO, 2013, p. 20), contribuindo para uma sociedade que exerce a cidadania com criticidade e apropriação dos meios de comunicação.

À luz dos conceitos de educomunicação, mobilização social, cidadania e alfabetização midiática e informacional, é possível identificar diversas semelhanças entre esses termos e o que é proposto pela BNCC, visto que as competências destacadas ao longo do documento vão ao “encontro da promoção de uma educação midiática e fornece condições e orientações para a construção de currículos que considerem fatores importantes para o desenvolvimento de uma educação midiática.” (FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA, 2020).

Nesse sentido, todo o referencial teórico utilizado ao longo da pesquisa foi fundamental para desenvolver uma análise sobre como a BNCC se mostra nas práticas educacionais presentes em salas de aula. Se o documento foi motivo de contestação diante dos questionamentos sobre com relação às aplicações das habilidades no cotidiano da escola (Soares, 2018), o presente trabalho de conclusão de curso se utiliza dos conceitos destrinchados acima para investigar como professores de linguagens e gestores de escolas interpretam e desenvolvem as competências de educação, incentivadas pela BNCC, junto aos estudantes.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. A Educomunicação na BNCC

Entende-se que os avanços tecnológicos e as mudanças socioculturais são capazes de moldar os formatos e as ferramentas utilizadas para informar e comunicar (UNESCO, 2015). Nesta perspectiva, é inevitável que o currículo escolar passe por adaptações, a fim de “instaurar novas formas de pensar e de trabalhar na escola” (NÓVOA, 2009, p. 88), visando estimular “um conhecimento que se inscreve numa trajetória pessoal” (*Idem*, 2009, p. 88).

Diante dessas reformulações nas práticas adotadas em sala de aula, a educomunicação se destaca como “uma metodologia ativa, que atende as necessidades de abertura e revitalização do ensino aprendizagem, e vem despertar o interesse dos alunos, que a cada dia estão mais conectados, diante de uma educação tradicional superada.” (SANTOS; GHISLENI, 2019, p. 2).

Nesse contexto de praticidade em sala de aula e dialogicidade com os estudantes, segundo Silva (2017), a educomunicação possui metodologias eficazes na ampliação da formação e emancipação do estudante, já que considera a pluralidade dos envolvidos e dos processos educacionais. A partir dessas práticas de educomunicação, segundo Franco *et al* (2020), é possível estimular o direito à comunicação e informação e a apropriação das mídias aos estudantes, fortalecendo o reconhecimento do protagonismo dos estudantes e das comunidades nas quais eles participam. São ações como essas que, caso não estimuladas, distanciam os estudantes de “atingirem suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais” (UNESCO, 2016, p.16).

Nesta perspectiva de empoderar estudantes por meio da comunicação dentro de sala de aula, para que desenvolvam habilidades e competências a fim de contribuir com a sua cidadania, “o Brasil segue a tendência mundial de criar um currículo comum, em que as tecnologias impactam a língua, o letramento, a educação e a sociedade como todo.” (SEIBT, 2019, p. 30). Em toda a publicação, a Base Nacional Comum Curricular se aproxima da educomunicação ao contemplar “elementos que se relacionam à expressão cultural, ao uso das diferentes linguagens, à criação e à utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação, sempre com a expressa recomendação de que isso se faça de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.” (Soares, 2018, p. 12).

De maneira análoga à compreensão de Freire (1983), que aponta a ineficácia da transmissão unilateral de conhecimentos dentro de sala de aula e defende uma educação emancipadora em prol de transformações sociais, a BNCC propõe uma formação integral continuada, através de uma educação dialógica e reflexiva (SANTOS; GHISLENI, 2019). É por meio da comunicação inserida dentro do ambiente escolar que é possível estimular uma educação democrática e cidadã, já que os meios de comunicação, de acordo com Kaplún (1985, p.7), são concebidos como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador.”

Ainda de acordo com Santos e Ghisleni (2019), a educomunicação e a BNCC compartilham um mesmo modo de ensino-aprendizagem dinâmico, visando uma metodologia ativa, participativa e empoderadora. Por meio das práticas educomunicativas, o documento estimula novas e diversificadas ferramentas de aprendizagem que compõem “uma proposta que potencializa o ensino, agrega valor ao trabalho docente e o protagonismo do aluno”. (SANTOS, 2019, p. 10).

Incentivar esse tipo de protagonismo aos estudantes dialoga com o desejo inerente dos jovens de “encontrar nas possibilidades de produção da cultura, através dos recursos da comunicação e da informação, os sonhos cotidianos e a transformação da realidade local.”. (SOARES, 2012, p. 31). Sendo assim, essas tecnologias atuam não somente como uma forma de mediar a educação e a comunicação, mas também funcionam como “novas oportunidades de acesso, criação, preservação, disseminação e uso da informação” (UNESCO, 2015, p. 30).

É neste cenário que as competências 4 e 5 das “Competências Gerais da Educação Básica” incentivam vínculos com a educomunicação e letramento midiático e informacional de crianças e adolescentes:

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.⁷

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.⁸

⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 9.

⁸ Idem.

Apesar da educomunicação ir além do "educar para a mídia", como destacamos anteriormente a partir da ótica de Soares (2013), a presença das Tecnologias de Comunicação e Informação estão cada vez mais presentes nos cenários, inclusive nos espaços educativos, desempenhando até mesmo um papel de aliado no ensino e aprendizagem (SEIBT, 2019) ou de expressão, como aponta a competência 4 acima. Nessa perspectiva, se a BNCC busca uma “igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas” (BRASIL, 2018, p. 15), a competência 5 destacada acima dialoga com o objetivo de “incluir a Cultura Digital entre as suas competências, na tentativa de formar alunos capazes de lidarem de forma saudável com o mundo da informação digital”. (SEIBT, 2019, p. 30).

Ainda levando em consideração os objetivos da BNCC em promover a equidade e igualdade na educação brasileira, as competências gerais de número 4 e 5 da educação básica - citada acima - também estimulam o acesso, uso e apropriação dos recursos tecnológicos aos estudantes que estão à margem das oportunidades. Os estudantes com maior probabilidade de apropriação das TICs e suas oportunidades, segundo Ribeiro *et al.* (2013, p. 315), “são justamente indivíduos jovens, com maior nível de recursos materiais (rendimentos) e imateriais (escolaridade), localizados fora de favelas”. A partir disso, reafirmando seus valores, o documento oficial da BNCC (2018, p.15) orienta “os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes”, com foco a reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos.

Ainda, a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação abrem espaço para o uso de diferentes linguagens como forma de expressão e produção de sentidos, desde a utilização de apenas um canal até modelos de comunicação no formato transmídia⁹. Esse fator permite o contato dos estudantes com diferentes manifestações políticas, artísticas e culturais, possibilitando uma maior aproximação com a competência geral número 4 da educação básica e também da competência de número 3, que indica a valorização das “*diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.*”. (BRASIL, 2018, p. 9).

⁹ Mariana Lima, autora da matéria “Você sabe o que é transmídia?” da Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC) conceitua transmídia como “a transmissão de uma mensagem ou história através de várias mídias, onde o foco na verdade é a história a ser transmitida.”. Disponível em: <http://www.sbgc.org.br/1/post/2013/02/voce-sabe-o-que-e-transmidia.html>

A partir da utilização de canais diversificados para exercer o direito à comunicação e a liberdade de expressão, bem como valorizar diferentes formas de arte e cultura, os alunos caminham mais um passo no exercício do direito de se manifestarem e serem ouvidos, conseqüentemente criando condições para uma comunicação democrática e ampliando as condições necessárias para exercer a cidadania (Peruzzo, 2007).

Ainda que respaldados na Constituição, os princípios de liberdade de expressão e de direito à informação demandam elementos educativos para que se concretizem como garantias comunicacionais aprimoradas: desde a livre percepção das necessidades informacionais, acesso e organização da informação até o seu devido processamento e ponderação crítica. (FRANCO *et al.*, 2020, p. 50)

Segundo Soares (2018), no que diz respeito a temas relacionados à gestão educacional, a BNCC traz as competências gerais de número 7, 9 e 10 como forma de assegurar aos estudantes o direito de participar de práticas de linguagens diversificadas, ampliar suas capacidades expressivas em manifestações diversas (como a artística, corporal e/ou linguística) e seus conhecimentos sobre essas mesmas linguagens. Essas competências trazem as seguintes discussões:

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.¹⁰

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.¹¹

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.¹²

Através dessas competências acima, é possível conciliar essas práticas com o pensamento de Peruzzo (2009, p. 39), que afirma que “na perspectiva de assegurar o direito de cidadania à educação, há que se levar em conta que os meios de comunicação também, informalmente, educam, mas praticam linguagens diferentes”. Por meio da argumentação, diálogo, valorização da diversidade e a tomada de decisões por meio de princípios éticos e

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 9

¹¹ *Idem.*

¹² *Idem.*

democráticos - todos citados pelas competências acima - é possível estabelecer uma comunicação dialógica, horizontal e democrática, realizada por meio do “envolvimento ativo das pessoas como emissoras e receptoras de mensagens de forma a contemplar outras perspectivas do direito à comunicação, e não apenas o acesso à informação” (PERUZZO, 2009, p. 37).

Por fim, diante de uma análise das competências citadas, é possível constatar que a familiaridade com a educomunicação e seus aspectos críticos e éticos da gestão educacional e da alfabetização midiática e informacional, torna capaz a habilidade de “reconhecer os contextos culturais, sociais e de outra natureza nos quais a informação foi criada e entender o impacto do contexto na interpretação da informação” (UNESCO, 2013, p. 32). Ainda de acordo com a Unesco (2013), sem as mídias ou os sistemas de informações abertos - sejam eles nos espaços educacionais, na comunidade em que o aluno está inserido ou através da internet - dificilmente é possível alcançar os pilares fundamentais da boa governança cidadã, ou seja, a transparência, prestação pública de contas e participação cívica.

Um entendimento geral sobre os novos letramentos (informacionais e midiáticos, partindo da ética e criticidade) e das formas de participação e mobilização a partir da gestão educacional permite uma maior articulação sobre temas mais recentes e ainda pouco usuais no cotidiano e no currículo dos estudantes de todo o país, tornando possível uma educação atualizada frente às ferramentas utilizadas e aos temas contemporâneos da vida do aluno, seja dentro ou fora dos muros da escola (BRASIL, 2018).

Em relação às ações pedagógicas no Ensino Fundamental, o período escolar de foco deste trabalho, que envolvem o letramento a partir de perspectivas educacionais, a BNCC orienta professores, coordenadores e diretores a seguir algumas diretrizes.

No que diz respeito aos anos iniciais do Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum Curricular direciona para o propósito da alfabetização, “a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita” (BRASIL, 2018, p. 59). Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a orientação é retomar e ressignificar as aprendizagens dos anos iniciais, mas fortalecendo a autonomia desses estudantes, “oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação” (BRASIL, 2018, p. 60).

Unindo esses pilares de alfabetização e autonomia, segundo Santos e Ghisleni (2019), as práticas educomunicativas impactam o ensino e a aprendizagem através de uma abordagem pedagógica dialógica e reflexiva, permitindo que o aluno seja sujeito de sua própria aprendizagem. Além disso, estimula “os alunos a serem agentes de transformação social e manter uma atitude de constante aprendizado, diante de uma diversidade cultural” (SANTOS, GHISLENI; 2019, p. 5), abrindo espaço para a “renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e juventude” (SOARES, 2011, p. 15).

É nessa fase do Ensino Fundamental que os estudantes transitam entre a infância e a adolescência, implicando na compreensão acerca das suas “singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social” (BRASIL, 2018, p. 60). Dessa forma, as ações educomunicativas atuam junto com essas práticas diferenciadas a fim de promover a participação que os alunos desejam e a autonomia que a BNCC orienta, levando os estudantes a um “maior conhecimento e maior interesse pela comunidade local, inspirando ações coletivas de caráter comunicativo” (SOARES, 2012, p. 27), sendo esta comunidade local o ambiente escolar ou até mesmo o bairro em que mora. Nesse sentido, “tais aprendizagens incluem essencialmente o diálogo entre colegas e com os professores.” (SOARES, 2016, p. 20).

A cultura digital também não passa despercebida nas diretrizes gerais para o Ensino Fundamental. O engajamento direto dos jovens com as novas tecnologias de informação e comunicação, não somente como consumidores, “impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações.” (BRASIL, 2018, p. 61). Segundo Peruzzo (2006, p. 10), “os meios de comunicação podem contribuir para a educação não apenas pelos conteúdos que transmitem, mas pelo processo de produção e difusão de mensagens que propiciam”. Nesse sentido, a BNCC entende que a escola deve preservar o compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada dessas mídias, de forma que “contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais.” (BRASIL, 2018, p. 61)

É com esse compromisso de estimular a comunicação através do universo digital, com o objetivo de instituir novos modos de aprendizagem, interação e compartilhamento, que as ações de literacia midiática “potencializam o nível de consciência relativamente às

mensagens midiáticas com que as pessoas contactam no seu quotidiano” (LOPES, 2011, p. 14). Assim, de acordo com a perspectiva *freiriana*, incentivar um uso democrático e consciente das tecnologias de informação e comunicação aos estudantes induz a uma maior criticidade e apropriação dos meios de forma emancipatória, fortalecendo o “potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa” (BRASIL, 2018, p. 62).

Para além das competências gerais da educação básica e as orientações para cada etapa de ensino (infantil, fundamental e médio), a BNCC se divide em áreas de conhecimento. Deve-se reforçar que a Educomunicação interage com todas essas áreas, porém, a de Linguagens especificamente contempla, de maneira mais evidente se comparada às demais áreas, as relações entre os indivíduos e dos mesmos com o meio em que se inserem. Assim, este trabalho tratará da associação entre os conhecimentos de Linguagens, descritos na BNCC, com a Educomunicação. Segundo Soares (2016, p. 18):

O exame dos componentes curriculares da área de Linguagens aponta para uma presença significativa de metas relativas à comunicação, seus processos, linguagens e tecnologias, fato que a transforma num espaço privilegiado para o exercício da Educomunicação.

Em relação à área de linguagens, a Base Nacional Comum Curricular afirma que, por meio dos componentes de língua portuguesa, língua estrangeira, artes e educação física, busca “possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.” (BRASIL, 2018, p. 63).

Para desenvolver essas práticas e conhecimentos, em articulação com as competências gerais da educação básica, a BNCC incentiva outras seis competências específicas para a área de linguagens. As competências específicas da BNCC para a área de linguagens seguem quatro eixos: leitura, produção, oralidade e linguística; e segundo Soares (2018, p. 20), é “justamente no conjunto dos três primeiros eixos que encontramos pressupostos de um programa de educação midiática, nas perspectivas defendidas pelos mídia-educadores e educadores”. Esses elementos são construídos para fins de aprofundamento “da reflexão crítica sobre os conhecimentos dos componentes da área, dada a maior capacidade de abstração dos estudantes, (...) como meio para a compreensão dos modos de se expressar e de participar no mundo” (BRASIL, 2018, p. 64).

Dentre essas competências específicas de linguagens, as de número 1, 2 e 3 incentivam a compreensão e o uso das linguagens para a expressão e o compartilhamento de informações, experiências e possibilidades a partir de subjetividades e do campo coletivo. Tais conhecimentos são descritos na BNCC da seguinte forma:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.¹³
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.¹⁴
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.¹⁵

O uso das diferentes linguagens para a expressão, participação e co-responsabilidade na produção de sentidos é, segundo Henriques (2005, p. 8), “um processo, antes de tudo, educativo”, já que se materializa por meio de um contínuo aprendizado, assumindo um caráter pedagógico. Nessa perspectiva, compreender, conhecer e explorar as práticas de linguagens - como enfatiza as competências específicas 1 e 2 -, contribui para a construção de novas aprendizagens de caráter subjetivo e coletivo, “em que o aluno busca construir e dar sentido ao seu conhecimento, sendo o protagonista neste processo.” (SANTOS, GHISLENI; 2019, p. 3). Ainda de acordo com Henriques (2005), e em diálogo com a competência específica 3, é a partir disso que as informações qualificadas revestem-se de caráter pedagógico e se desencadeia um processo consequente de transformação da prática cotidiana.

Já as competências de número 4 e 5 abordam sobre as consequências diretas do uso e apropriação dessas linguagens, resultando em ações que impactam diretamente no exercício da cidadania e na promoção da mobilização social. Nesse caso, as qualificações necessárias envolvem:

4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.¹⁶

¹³ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 65

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.¹⁷

Essas competências citadas acima dialogam com as práticas educomunicativas propostas por Soares (2018, p. 12), em que há o “emprego de práticas de gestão educomunicativa, para lembrar que as recomendações não se limitam ao universo da mídia-educação, mas se estendem ao domínio dos processos de gestão da prática comunicativa proposta pela educomunicação”. Desse modo, em diálogo com Aparici (2014, p. 32), a educomunicação vai além do uso de tecnologias de informação e comunicação nas salas de aula, sendo também preciso “uma mudança de atitudes e concepções” para uma atuação crítica, ética e coletiva com fins de produção de sentidos.

Ainda, essas práticas incentivadas pelas competências em questão promovem uma “relação de diálogo e aprendizado mútuo dentro da sala de aula, o que fortalece a comunicação escolar e incentiva a autonomia estudantil (por meio de grêmios, por exemplo), além de reforçar o exercício do direito à comunicação dos estudantes”. (PEREIRA, 2021, p.10).

Por fim, a competência de número 6 se relaciona diretamente com a apropriação das tecnologias de comunicação e informação nas diversas práticas sociais. Assim, para que haja essa capacitação, o documento orienta o seguinte direcionamento:

6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.¹⁸

Esta competência citada acima está em concordância com o pensamento de Santos e Ghisleni (2019, p. 11), que apontam a consideração da Base Nacional Comum Curricular ao contexto e às transformações em que vive o estudante, na qual a realidade é circundada pela tecnologia. Nessa perspectiva, incentivar o uso consciente das tecnologias de comunicação - tanto como consumidor quanto produtor de conteúdo - contempla direcionamentos já explícitos nas competências gerais da educação básica (tais como as de número 4 e 5, anteriormente citadas) e permite a “capacidade do jovem de realizar a análise crítica da mídia

¹⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 65

¹⁸ Idem.

e de dominar os elementos indispensáveis a uma produção midiática qualificada como democrática e participativa" (SOARES, 2018, p. 15).

Portanto, diante dessas seis competências específicas da área de linguagens, a educomunicação se mostra como uma possibilidade de explorar as habilidades descritas e incentivar essas ações no cotidiano do estudante, “dado sua ligação com as tecnologias da atualidade e sua abrangência no que tange às linguagens e suas mais diversas possibilidades contemporâneas” (VALIM *et al.*, 2020, p. 459). Por esse motivo, a partir da relação entre as práticas educacionais e as competências gerais e específicas da BNCC destrinchadas neste capítulo, buscou-se identificar de que forma a equipe pedagógica do Centro de Ensino Fundamental 3, de Sobradinho - DF, interpreta e aplica tais diretrizes no cotidiano escolar.

3.2. O Centro de Ensino Fundamental 03 de Sobradinho

O Centro de Ensino Fundamental (CEF) 03 está localizado em área urbana, na cidade de Sobradinho, no Distrito Federal. Ativa desde a data de 14 de novembro de 1972, nos turnos matutino e vespertino, a escola é voltada para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Dotada de uma estrutura ampla e diversos recursos - como projetores, equipamentos de TV, aparelho de som, computadores e acesso a internet banda larga -, o CEF 03 oferece alimentação escolar para os alunos, atendimento educacional especializado e atividades complementares¹⁹. Em contato com a escola, foi informado que há cerca de 20 professores da área de linguagens atuando na escola atualmente (2022), sendo 10 do período matutino e os outros 10 do período vespertino.

Segundo dados da pesquisa do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)²⁰, realizada em 2019, o CEF 03 está em seu maior índice de evolução de aprendizado desde 2015 - sendo a última nota 4,7 (Figura 1), com a meta de 5.3. De acordo com o MEC, este índice é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda de acordo com o IDEB (2019), o aprendizado em língua portuguesa (destacado nesta pesquisa por conta do enfoque na área de linguagens) com 34% - cujo máximo é 100% - mostra uma carência do

¹⁹ Informação fornecida ao Escolnas.Inf.br, disponível em: <https://www.escolas.inf.br/df/brasil/278>

²⁰ Segundo o portal QEdU, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é o “principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. Em uma escala de 0 a 10, sintetiza dois conceitos, a aprovação escolar e o aprendizado em português e matemática.” Informação disponível em: <https://www.qedu.org.br/ideb#o-que-e>

aprendizado adequado das competências de leitura e interpretação até o 9º ano do Ensino Fundamental (Figura 2).

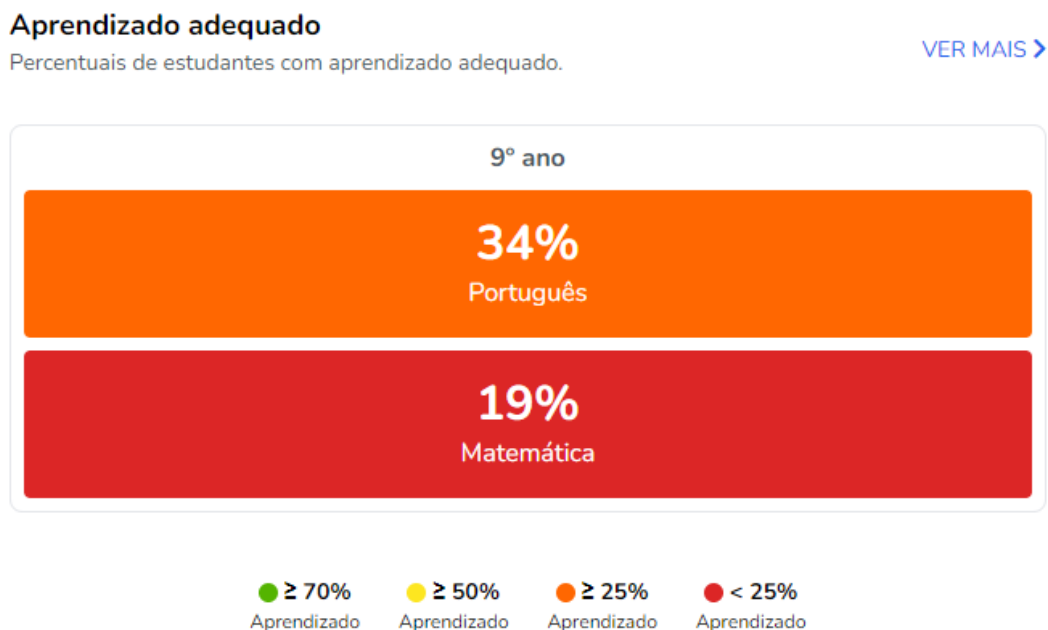
Em razão desses números e porcentagens coletadas em 2019, a instituição de ensino declara em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2021, como objetivo específico de seu plano de ação para a educação integral, “e elevar o desempenho escolar nas áreas de matemática e língua portuguesa” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03, 2021, p. 98).

Figura 1 - Índice de evolução de aprendizado



Fonte: IDEB

Figura 2 - Porcentagem de aprendizado adequado



Fonte: IDEB

O Projeto Político Pedagógico da escola demonstra objetivos a serem alcançados pela comunidade escolar, bem como princípios norteadores aos processos aplicados no colégio. Em relação a este documento, a direção do CEF 03 disponibilizou o conteúdo do PPP desenvolvido em 2021 para esta pesquisa, visto que o PPP do ano letivo vigente ainda está em processo de atualização. O conteúdo do documento revela uma preocupação com a formação estudantil não em um viés conteudista, mas em uma perspectiva integral da educação que, de acordo com o texto, "propicia a valorização e as aprendizagens de todos e todas em suas múltiplas dimensões, primando pela qualidade social, pelo acesso ao sistema de ensino e pela permanência com êxito, como um direito de todo cidadão e toda cidadã." (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03, 2021, p. 4)

Para tanto, a escola define três eixos centrais de atuação frente às reflexões sobre os problemas enfrentados no dia a dia escolar, esses eixos definidos no PPP também orientam todas as ações pedagógicas, administrativas, sociais e financeiras da escola, sendo estes: cidadania; diversidade; sustentabilidade humana. O objetivo a ser alcançado através da definição dessas temáticas propostas pelo documento é "promover oportunidades voltadas para resgatar valores e atitudes positivas indispensáveis à construção de um mundo mais justo e igualitário." (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03, 2021, p. 4).

Assim como a BNCC (2018) objetiva construir um desenvolvimento integral do aluno com base nas dez competências gerais da educação básica, o CEF 03 busca promover uma educação integral ampliando as atividades curriculares e extracurriculares presentes na formação dos alunos (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03, 2021). Nessa perspectiva, de acordo com o PPP do CEF 03, esses projetos menos conteudistas e mais diversificadamente práticos possibilitam atividades transdisciplinares, que, por sua vez, envolvem “não somente a linguagem escrita, mas outras formas de comunicação e expressão” (2021, p. 98).

Dessa forma, de frente com a meta da educação integral, a educomunicação e suas pautas relacionadas à comunicação, expressão e contemporaneidade potencializam a necessidade da escola de, segundo Ramos (2010), se atentar a história e particularidades da

vida dos estudantes, estando em conformidade com a nova realidade social e cultural, bem como das diversas formas de expressão utilizadas pelos alunos.

Vale destacar também que, por meio de dados obtidos na pesquisa “Comunicação, Educação, Mobilização Social e Acesso à Informação no DF e no Distrito de Columbia”, promovida pela FAP-DF e já citada anteriormente neste trabalho, comprovou-se que os aspectos culturais influenciam o contexto escolar de modo significativo nas diferentes formas de comunicação e suas interações, visto que os professores da escola classificam assuntos como “assimetrias de recursos financeiros, a falta de acesso à internet, a ausência de participação nos ambientes formalmente educativos e a violência” (MARRA *et al.*, 2020, p. 8) como pertinentes para o diálogo em sala de aula e com múltiplos setores da sociedade.

Portanto, diante da relevância de levantar pautas relacionadas a comunicação e contemporaneidade para alcançar um ensino integral, democrático e participativo, as práticas educacionais se tornam objeto de pesquisa para analisar de que forma os professores e coordenadores do CEF 03 as interpretam e aplicam em sala de aula. A partir disso, foi possível constatar os resultados a seguir.

3.3. Pesquisa sobre as práticas educacionais com professores

A amostra da pesquisa aplicada, de acordo com os termos metodológicos já discutidos neste trabalho, foi de 10 professores. A idade dos respondentes varia bastante no intervalo de 20 até mais de 60 anos, porém, o intervalo de idade que contempla a maior quantidade de professores que responderam o questionário é o de 31 aos 45 anos. Sessenta por cento dos entrevistados se identificam com o gênero feminino, os 40% demais com o gênero masculino. Todos os professores que preencheram os questionários lecionam na área de linguagens, as respostas contemplam 6 professores de língua portuguesa, 2 professores de artes, 1 professor de língua estrangeira e 1 professor de educação física.

A partir das respostas documentadas na pesquisa, constatou-se que todos os entrevistados tiveram acesso e realizaram a leitura da Base Nacional Comum Curricular. Ainda, através de uma entrevista semi-estruturada com o coordenador pedagógico do CEF 03, Samuel Montenegro, a escola se orienta tanto pela BNCC quanto pelo Currículo em

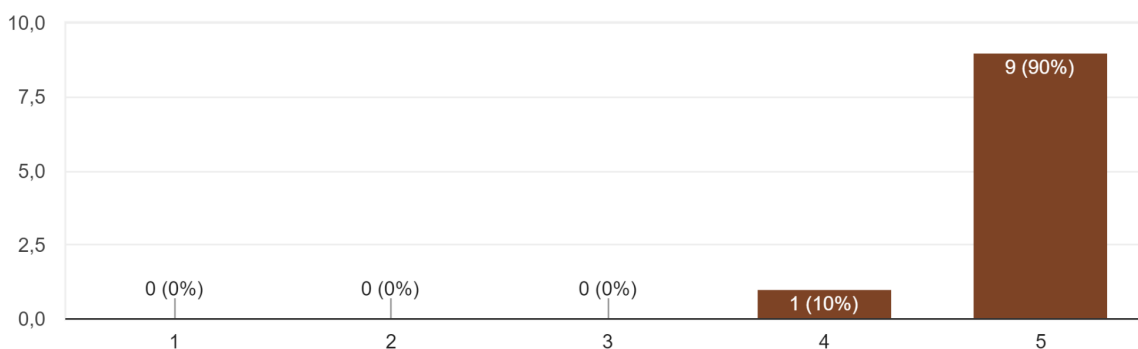
Movimento²¹. De acordo com Samuel Montenegro, "os dois documentos trazem valores para uma educação democrática e há vários instrumentos relevantes neles."

De acordo com os dados da pesquisa, 60% dos professores possuem pós-graduação na área em que leciona, sendo os outros 40% graduados. Nessa perspectiva, quando questionados se eles se sentem habilitados para lecionar a disciplina pela qual são responsáveis, 90% afirmam que se sentem totalmente habilitados para seguir ensinando sobre a área em que estuda, outros 10% concordam parcialmente com essa afirmação.

Figura 3 - Você se sente habilitado para o que leciona?

Considerando "1" como "Discordo totalmente" e "5" como "Concordo totalmente", você se sente habilitado(a) para o que leciona?

10 respostas



Em contrapartida à se sentirem habilitados o suficiente para lecionar sobre a área na qual são formados, quando questionamos sobre o nível de segurança e preparo para ministrar aulas que envolvam as Tecnologias de Informação e Comunicação em suas respectivas áreas de ensino, a resposta foi menos otimista. Dentre os 10 professores entrevistados, apenas 20% se sentem completamente preparados para incluir as TICs em suas aulas, como mostra a Figura 4, um deles se sente parcialmente preparado e as demais respostas são neutras ou negativas. Apesar disso, metade dos professores entrevistados já fizeram algum curso de formação continuada que envolva o ambiente digital e tecnologias relacionadas, conforme

²¹ Um documento fornecido pela Secretaria de Educação, baseado nas diretrizes da BNCC, que sugere melhorias na educação através da construção do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio. O Currículo em Movimento está disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-curriculo-em-movimento/>

dados da Figura 5, sendo a maioria (40%) incentivados pela Secretaria da Educação. Em destaque, os professores citam a plataforma G-Suite for Education²².

Figura 4 - Você se sente preparado para ministrar aulas que envolvam as TIC's?

Você se sente preparado para ministrar aulas que envolvam as Tecnologias de Informação e Comunicação (Internet, celular, vídeos, rádio)?

10 respostas

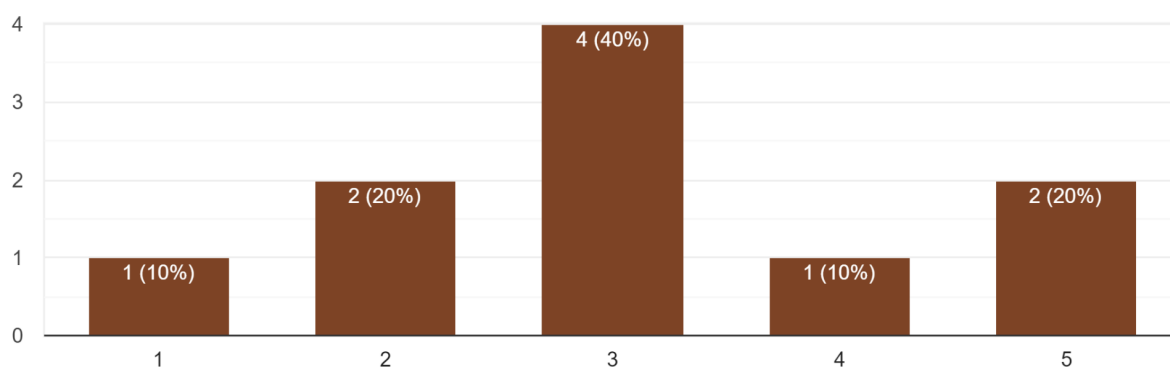
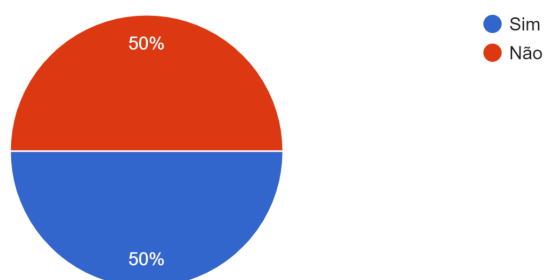


Figura 5 - Já fez algum curso que envolva o ambiente digital e tecnologias relacionadas?

Você já fez algum curso de formação continuada que envolva o ambiente digital e tecnologias relacionadas?

10 respostas



²² Segundo o website Santo Digital, o G-Suite for Education é uma “solução do Google para melhorar a comunicação e o aprendizado em sala de aula. Com ele, as novas tecnologias disponíveis e os serviços do Google são direcionados para as atividades didáticas e para o contato direto, em tempo integral, entre alunos e professores.”. Conteúdo disponível em: <https://santodigital.com.br/o-que-e-o-g-suite-for-education-e-como-usa-lo/>

Segundo Peruzzo (2007), para a ampliação dos direitos de cidadania, há a necessidade da apropriação pública das técnicas e das tecnologias de comunicação para que se possa fortalecer e realizar objetivos. Nessa perspectiva, a falta de segurança dos professores para incorporarem as TICs no cotidiano escolar é um empecilho para a execução de práticas educacionais, já que “não basta os alunos levarem seus dispositivos para a escola, o professor precisa saber como conduzir as aulas. É preciso compreender desde o letramento digital ao complexo sistema de algoritmos da rede.” (SEIBT, 2019, p. 35).

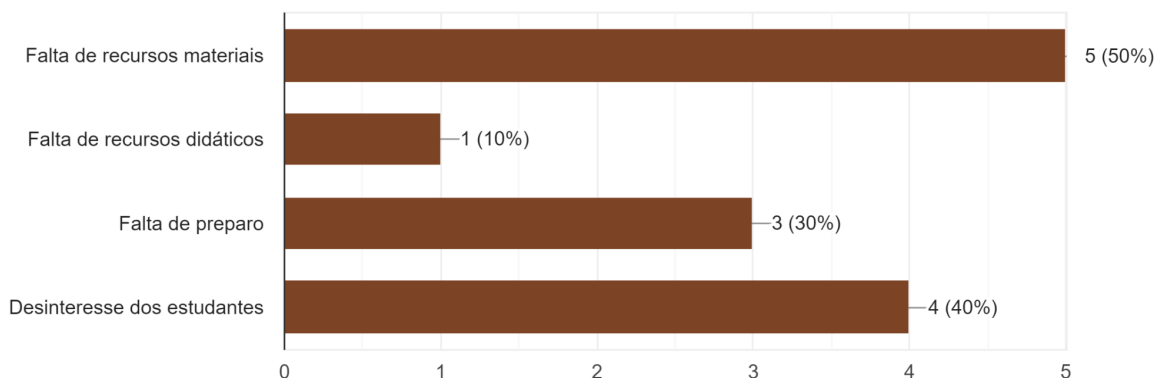
Desse modo, constatou-se que ainda há muito para percorrer na formação de professores acerca de assuntos relacionados a TICs e ao letramento midiático em sala de aula. A alfabetização midiática e informacional, bem como a apropriação dessas tecnologias para fins de expressão, informação e comunicação - propostas estas amplamente difundida pela BNCC -, requer a “preparação de professores para lidar com as inovações tecnológicas e uma compreensão e utilização consciente e crítica das tecnologias de informação e comunicação.” (VALIM *et al*, 2020, p. 456). Só assim, a partir dessa formação, haverá a superação da visão funcionalista do uso dessas ferramentas de comunicação e informação, “levando a atitudes construtivas de relacionamentos ricos por seu significado cultural e libertário.” (SOARES, 2016, p. 23).

Além da falta de preparo, consequente da pouca formação que os professores possuem na área, outros desafios são citados como um empecilho na hora de tratar sobre questões de Informação e Comunicação em sala de aula, entre eles se destacam a falta de recursos materiais e o desinteresse dos estudantes. Esse último desafio apontado pelos professores merece atenção especial, visto que é esperado que os mais jovens, pela familiaridade com as novas tecnologias, demonstrariam interesse por essas questões.

Figura 6 - Desafios enfrentados em sala de aula ao tratar sobre as TIC's

Quais são os desafios que você enfrenta ao tratar sobre questões de Informação e Comunicação em sala de aula?

10 respostas



No quesito de falta de preparo, torna-se necessária a contribuição da Secretaria da Educação para promover cursos, oficinas e políticas públicas voltadas para essas pautas. Além disso, segundo Soares, “tal formação, por sua vez, por ser específica, precisará contar com a colaboração de mediadores educacionais que ajudem os alunos a avançar em suas produções de conhecimento a respeito de tema tão complexo” (2018, p. 18). Já em relação ao desinteresse dos estudantes, o que a Base Nacional Comum Curricular orienta é que essas propostas possibilitam aos alunos “ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza” (BRASIL, 2018, p. 58). Dessa forma, ao tratar de questões relacionadas à Informação e Comunicação em sala de aula, é preciso se atentar ao fato de que:

As características dessa faixa etária²³ demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar. (BRASIL, 2018, p. 59)

No que diz respeito à apropriação das TICs nas diversas práticas sociais, a Base Nacional Comum Curricular enfatiza a compreensão e uso dessas ferramentas para “se

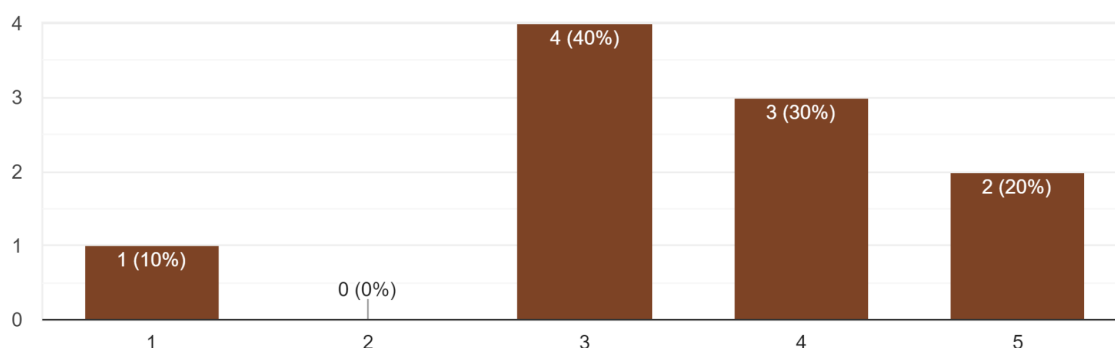
²³ De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, a faixa etária predominante nos anos iniciais do ensino fundamental variam de 6 a 14 anos.

comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos” na competência específica nº 6 da área de linguagens. Apesar de 80% dos professores entrevistados considerarem essa competência importante, apenas 20% estimulam essas práticas em sala de aula, conforme a Figura 7, considerando que “5” indica “aplico totalmente” e “1” indica “não aplico”:

Figura 7 - Grau de aplicação da competência nº 6 da área de Linguagens

Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

10 respostas



Em entrevista com o coordenador pedagógico, Samuel Montenegro afirma que considera importante que a escola incentive os alunos a se apropriarem das Tecnologias de Informação e Comunicação. Ele afirma que: “não dá mais para ignorar essa nossa realidade. Por isso, desde a pandemia - e a depender do professor -, não proibimos o uso do celular em sala de aula, temos uma rede wifi exclusiva para alunos e smart tv em todas as salas.” Além das ferramentas, o coordenador comentou sobre projetos para os alunos que estudam em período integral que visam oferecer aulas de programação, informática, produção audiovisual e outras temáticas relacionadas.

Apesar disso, constatou-se, por meio do formulário, um baixo incentivo a essas práticas dentro de sala de aula. Uma das respostas dos entrevistados para justificar essa relação com as TIC's foi: “não incentivo tanto por falta de um conhecimento aprofundado”. Esse argumento reforça o que foi dito pelos professores sobre as dificuldades de formação na área de tecnologia, informação e comunicação. Já entre os que encorajam com uma maior assiduidade, sobretudo em forma de áudio e vídeo, afirmam que “os vídeos e áudios

produzidos têm como objetivo o senso crítico”. Além disso, um(a) dos(as) professores(as) argumenta que “muitas vezes, eles (os alunos) não conhecem outros recursos em seus aparelhos eletrônicos, então tento desenvolver e mostrar como é possível transformar o que a gente tem em ferramenta de trabalho”.

É possível relacionar o argumento do(a) professor(a) citado acima com as ponderações de Castells (2007) que escreveu que a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação pode estimular e facilitar o conhecimento/capital cultural e, por isso, tem se mostrado tão importante na educação e formação de crianças e adolescentes. Portanto, por mais que os estudantes já estejam em constante contato com as novas mídias, ainda é necessário um letramento midiático e informacional para saber lidar e se apropriar dessas ferramentas, fato esse evidenciado pela BNCC e destacado por Soares:

Lembra, contudo, a BNCC que estar o aluno familiarizado com os novos recursos não significa, necessariamente, que ele já seja capaz de levar em conta “as dimensões ética, estética e política desse uso”. No caso, os alunos necessitam obrigatoriamente de uma formação específica para lidar, de forma experimental e autoral, com o universo da mídia, no contexto de uma cultura em permanente mutação.” (SOARES, 2018, p. 18)

Ainda sobre a formação dos professores em Tecnologias de Comunicação e Informação, o período de aulas remotas, provocadas pela pandemia do coronavírus, em 2020 e em 2021, foi agente causador de diversas adaptações no modelo de ensino tradicional brasileiro. Afinal, foi a partir desse período que 99,3%²⁴ das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais e tiveram que se adaptar a formas de ensino virtuais. Essa adequação ao ensino remoto estimulou o uso das TICs como ferramentas pedagógicas necessárias para o aprendizado do estudante e é possível perceber esse fato ao analisar que, antes da pandemia, apenas 30% dos professores entrevistados utilizavam alguma Tecnologias de Informação e Comunicação como uma utilidade de ensino, sendo as principais ferramentas o e-mail e o whatsapp.

Durante a pandemia, o Google Classroom e o Whatsapp foram as plataformas mais utilizadas pelos professores que fizeram parte dessa pesquisa, mudando totalmente a relação que eles possuem com as TICs como ferramentas pedagógicas, segundo 90% das respostas.

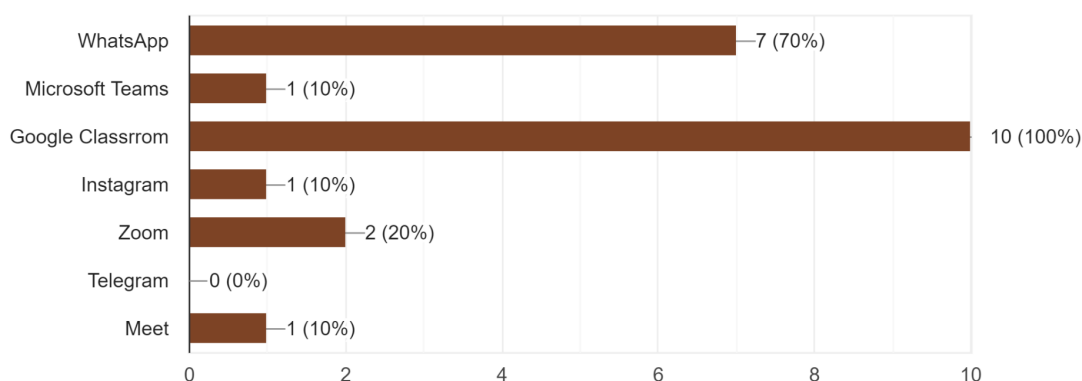
²⁴ Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>

Apesar de terem relatado dificuldade no uso das plataformas para readaptar as técnicas de ensino já utilizadas em sala de aula, os professores afirmam que há uma maior possibilidade de explorar conhecimentos e possibilidades através dessas tecnologias, mesmo com a volta do ensino presencial.

Figura 8 - Ferramentas utilizadas para fins didáticos durante a pandemia

Selecione as Tecnologias de Informação e Comunicação que passou a usar para fins didáticos durante a pandemia.

10 respostas



Por fim, no que diz respeito ao uso dessas tecnologias durante a pandemia e a partir da porcentagem de 70% dos professores quanto ao uso do *Whatsapp*, é importante destacar que o aplicativo lidera o ranking de desinformação sobre diversos assuntos, incluindo sobre a Covid-19 no Brasil²⁵. Nesse sentido, apesar de permitir uma comunicação direta entre professor e aluno, é preciso filtrar, apurar e compartilhar com criticidade as informações recebidas pelo *Whatsapp*. Por esse motivo, a alfabetização midiática e informacional desempenha um papel importante nas práticas educacionais, não somente no ensino remoto, mas no uso contínuo na vida dos estudantes, dentro ou fora da sala de aula.

Diante da importância de apurar as informações recebidas, identificar desinformações e comunicar com base na verdade e na ética, a Base Nacional Comum Curricular direciona competências relacionadas a essas práticas para os professores. Além da competência geral número 7 da BNCC, que reforça sobre a “argumentação com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões

²⁵ Segundo a pesquisa de Instituto Reuters para Estudos do Jornalismo da Universidade de Oxford, disponível na plataforma Olhar Digital, em: <https://olhardigital.com.br/2021/06/01/internet-e-redes-sociais/whatsapp-lidera-ranking-sobre-desinformacao-sobre-a-covid-19-nas-plataformas-digitais-no-brasil/>

comuns” (BRASIL, 2018, p. 9), a competência de língua portuguesa nº 6 - que trata sobre a análise de informações, argumentos e opiniões manifestadas em interações sociais e nos meios de comunicação - é interpretada pelos professores como “muito importante”, mas pouco aplicada em sala de aula pelos mesmos.

Figura 9 - Grau de importância da competência nº 6 de Língua Portuguesa

"Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticament...s e ambientais" é uma competência que julgo ser:
10 respostas

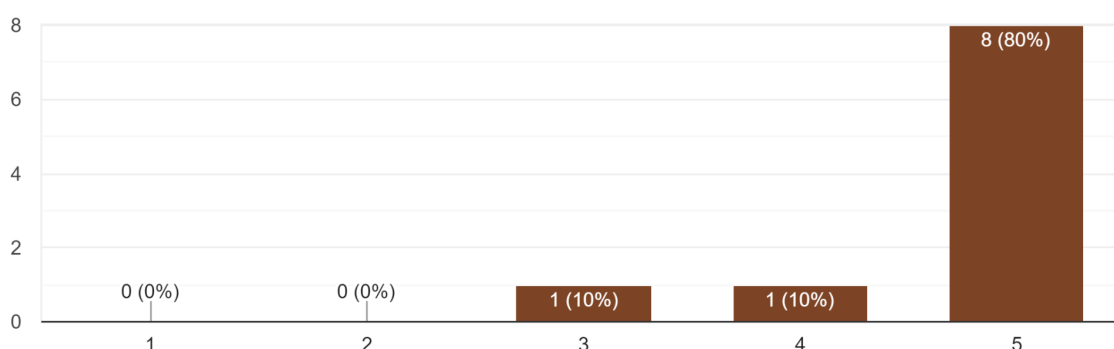
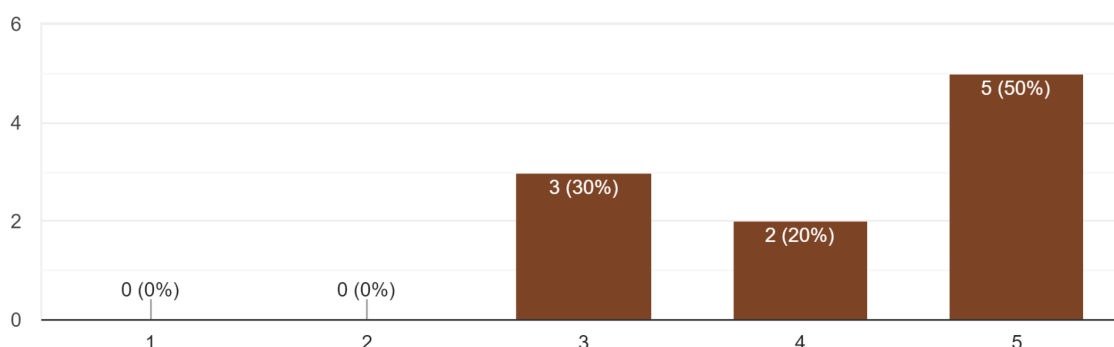


Figura 10 - Grau de aplicação da competência nº 6 de Língua Portuguesa

Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?
10 respostas

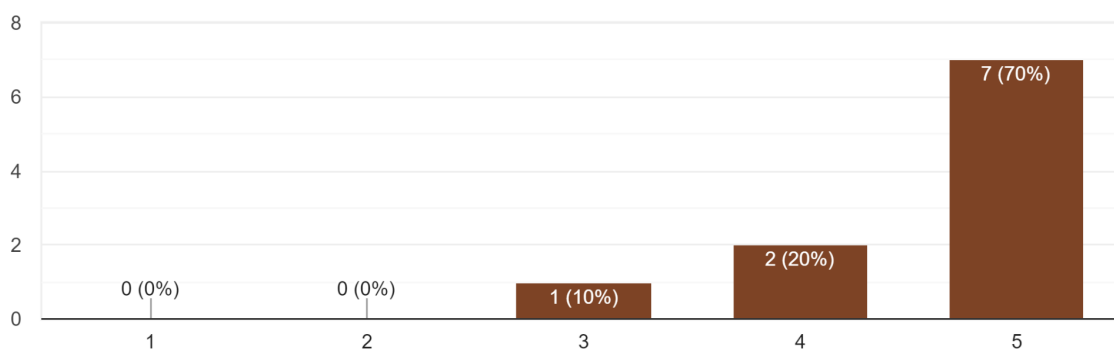


De acordo com Samuel Montenegro, coordenador pedagógico do CEF 03, a escola ensina a filtrar notícias - entre verdadeiras e falsas - e a interpretá-las, estando de acordo com as competências gerais e específicas da BNCC, citadas acima.

Segundo Carvalho (2022), nos países em que a cidadania se desenvolveu com maior eficácia e velocidade, houve educação popular. Nessa perspectiva, estimular ações educomunicativas em sala de aula têm como consequência práticas que envolvem o exercício da cidadania. Logo, com base na percepção de Soares, essas práticas vão além da recepção crítica da mídia, pois “interessa especialmente a própria gestão dos processos comunicativos, em propostas de autogestão no emprego das tecnologias a serviço da construção do aprendizado sobre práticas cidadãs.” (2018, p. 15). Desse modo, entre as questões que envolvem as práticas cidadãs, podemos incluir a relevância de envolver os estudantes na tomada de decisões de questões relacionadas ao dia a dia escolar, ação esta que é considerada por 70% dos professores como totalmente relevante, por outros 20% como parcialmente relevante e pelos demais 10% como neutra.

Figura 11 - Relevância do envolvimento estudantil na tomada de decisões do dia a dia escolar

Considerando "1" como "Discordo totalmente" e "5" como "Concordo totalmente", o quão relevante você considera envolver os estudantes na tomada de decisões de questões relacionadas ao dia a dia escolar?
10 respostas



De fato, envolver os estudantes na tomada de decisões no cotidiano escolar “preveem aprendizagens que levem os alunos a se entender como parte de uma comunidade, organizando o espaço e planejando maneiras de se comunicar, em seu interior” (SOARES, 2016, p. 20). Nesse sentido, quando questionados de que maneira os professores promovem a participação dos estudantes nessas questões, são citadas algumas práticas, como: debates, escuta ativa e a conversa direta, como forma de questionar se os alunos têm sugestões para que haja um maior envolvimento nos projetos escolares.

Ainda nessa perspectiva, o coordenador pedagógico argumenta que a escola oferece espaços para a participação estudantil. Em entrevista, Samuel Montenegro afirma: “temos o conselho dos representantes, em que cada representante de sala se reúne no início do ano - ou quando acontece alguma situação grave - e deliberam. Estamos implementando o conselho de classe participativo, para que os alunos tenham voz nos espaços da escola para apresentar suas demandas, suas angústias e outras impressões sobre a sala que representam.”

Soares afirma que, no dia a dia, já existem práticas educomunicativas nas culturas escolares mas, por conta da nomenclatura, raramente são reconhecidas por esse termo. Logo, torna-se relevante reforçar que “os indicadores do novo conceito (educomunicação) possam ser percebidos e autenticados, entre os quais a gestão democrática das relações e dos recursos da comunicação em espaços educativos” (SOARES, 2016, p. 20). Sendo assim, além dos debates e sugestões entre os estudantes, é necessário que a escola incentive outros meios de incluir os alunos nas questões relacionadas ao cotidiano escolar - seja a partir da pedagogia dialógica e da educação midiática ou através das outras áreas de intervenção da educomunicação, reforçadas por Soares (2012), como a mediação tecnológica ou gestão democrática da educomunicação.

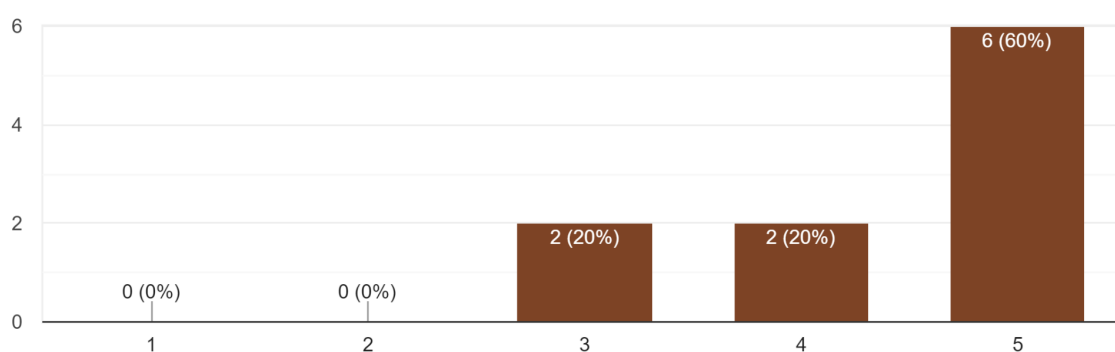
Levando em consideração a gestão democrática da educomunicação, “essas ações preveem aprendizagens que levem os alunos a se entender como parte de uma comunidade, organizando o espaço e planejando maneiras de se comunicar, em seu interior” (SOARES, 2016, p. 20). Nessa perspectiva, o coordenador pedagógico afirma que, além de incentivar a compreensão e o uso das ferramentas de informação e comunicação, também é preciso estimular projetos que unam o aluno à comunidade. Samuel Montenegro comentou que uma opção seria “utilizar espaços da escola - como os muros - para que os alunos se comuniquem com a comunidade, seja por meio de artes ou mensagens. Assim, os próprios alunos podem se tornar comunicadores junto às suas famílias, fazendo transformações para a comunidade”.

Ainda em relação a essas áreas de intervenção da educomunicação, as competências específicas de linguagens nº 2 e 4 da BNCC incentivam essa gestão a partir do estímulo a conhecer, explorar e utilizar diversas práticas de linguagens para aprender e ampliar as possibilidades de participação na vida social, bem como para se expressar e partilhar informações, experiências e ideias (BRASIL, 2018). Em relação à competência específica 2, mencionada acima, 90% dos professores consideram como “totalmente importante”. Já, a de

nº 4, 70% selecionam como “muito importante”. Porém, uma porcentagem inferior de professores (60%) incentivam o conhecimento e uso das linguagens para ampliar a participação social (conforme Figura 12), seja através da literatura, manifestações artísticas e culturais, técnicas audiovisuais ou por meio da música. Além disso, um(a) dos(as) professores(as) afirma que “sempre trago para a sala de aula debates com temas mais atuais, que envolvem a diversidade e a pluralidade do ser humano, questões ambientais, políticas, etc”.

Figura 12 - Grau de aplicação da competência nº 2 da área de Linguagens

Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?
10 respostas



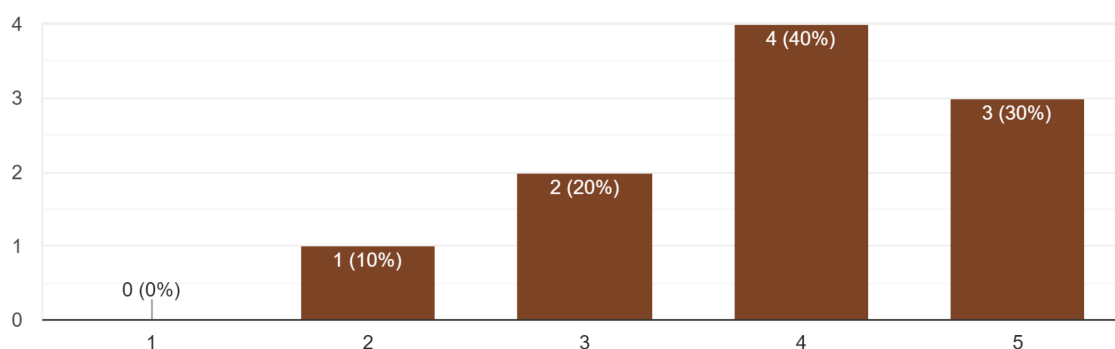
Já em relação ao uso das diferentes linguagens para a expressão e o partilhar de informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, 30% reforçam totalmente essas ações, conforme na Figura 13. Quando questionados, os professores afirmam que acreditam no poder do diálogo como um caminho para a resolução de conflitos e, nesse sentido, alguns até incentivam debates para que haja essa expressão e compartilhamento de ideias. Entretanto, muitos encontram desafios para encontrar práticas mais incisivas para alcançar tais competências. Dessa forma, é possível indicar, mais uma vez, a educomunicação como uma possibilidade, “dado sua ligação com as tecnologias da atualidade e sua abrangência no que tange às linguagens e suas mais diversas possibilidades contemporâneas.” (VALIM *et al.*, 2020, p. 459).

Em relação a isso, quando questionado sobre de que forma a relação entre comunicação e educação pode contribuir para a cidadania e para o contexto social em que os estudantes estão inseridos, o coordenador pedagógico comenta que “a comunicação é uma

ferramenta poderosa para que os alunos expressem suas ideias e para que a escola possa trabalhar conteúdos e habilidades”. Ainda, Samuel Montenegro conta que a escola está elaborando um projeto para a implementação da rádio da escola e que alguns professores auxiliam nas produções de manifestos, cartazes e campanha.

Figura 13 - Grau de aplicação da competência nº 3 da área de Linguagens

Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?
10 respostas



Com base na ótica de Soares (2016, p.24), por meio da pedagogia de projetos, a educomunicação funciona como uma “aliada de processos de avaliações formativas, preparando os caminhos para que toda a comunidade educacional possa rever e reconstruir, de forma permanente, as relações de comunicação no interior dos ecossistemas educativos de cada escola.” Logo, quando questionados se aplicam algum projeto na escola, apenas três professores responderam que sim. Todos os projetos aplicados possuem relação com literatura, um deles, porém, se desdobra em produções audiovisuais e discussões sobre temáticas da atualidade. Outro trabalha com valorização do território da comunidade em que os estudantes vivem e há, ainda, outro projeto que envolve a produção de podcasts. Com relação às dificuldades enfrentadas na execução desses projetos, os professores relatam a falta de apoio de outros colegas como o grande desafio para a aplicação dos mesmos.

É importante notar o potencial educacional do desenvolvimento de projetos transdisciplinares e não conteudistas, a fim de criar nos estudantes uma noção de participação social ao se utilizar das mais diversas linguagens, inclusive as da Comunicação, como ferramentas indispensáveis na sociedade atual. De acordo com a 10ª competência específica de língua portuguesa na BNCC, as ações educativas nas escolas devem “mobilizar práticas da

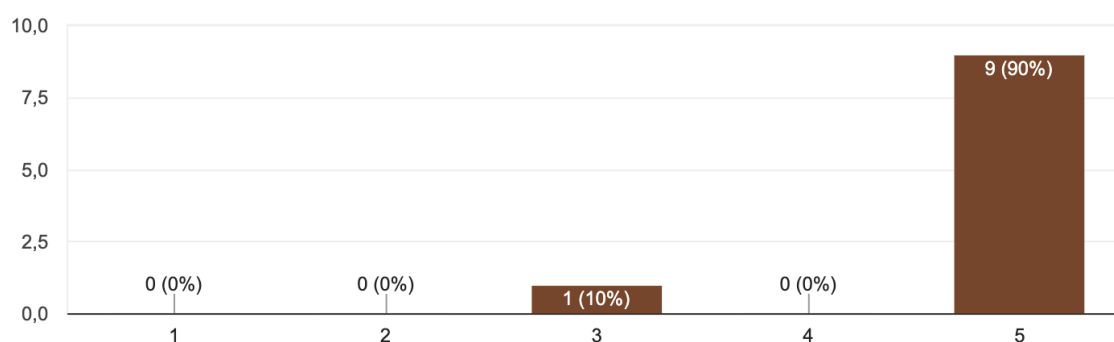
cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais” (BRASIL, 2018). Dessa forma, é evidente que se utilizar das mídias e ferramentas de Comunicação para produção e compreensão de sentidos, contribui para uma sociedade ativa com relação às mais diversas questões sociais.

De acordo com a Figura 14, noventa por cento dos professores consideram a décima competência de língua portuguesa como “muito importante”, os 10% demais responderam a esta questão de maneira neutra. Quando questionados sobre o grau de aplicação dessa competência no dia a dia escolar, apenas 50% dos entrevistados aplicam totalmente ou parcialmente. Vinte por cento aplicam de maneira mediana e 30% afirmam quase não aplicar essa competência. Quanto às formas de aplicação, as respostas dos professores variam entre proporcionar espaços de discussões sociais e políticas com os estudantes em sala de aula, e o desenvolvimento de projetos em que os estudantes tenham contato com o universo de produção audiovisual usando, inclusive, os próprios aparelhos celulares.

Figura 14 - Grau de importância da competência nº 10 de Língua Portuguesa

"Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais" é uma competência que julgo ser:

10 respostas



Com relação às competências gerais da Educação Básica presentes na BNCC que se relacionam com o campo da Comunicação e Educomunicação, destacam-se a terceira e nona competências. A 3ª incentiva as expressões artísticas e culturais, sejam locais ou mundiais, por parte dos estudantes. Também incentiva, além das manifestações, a produção

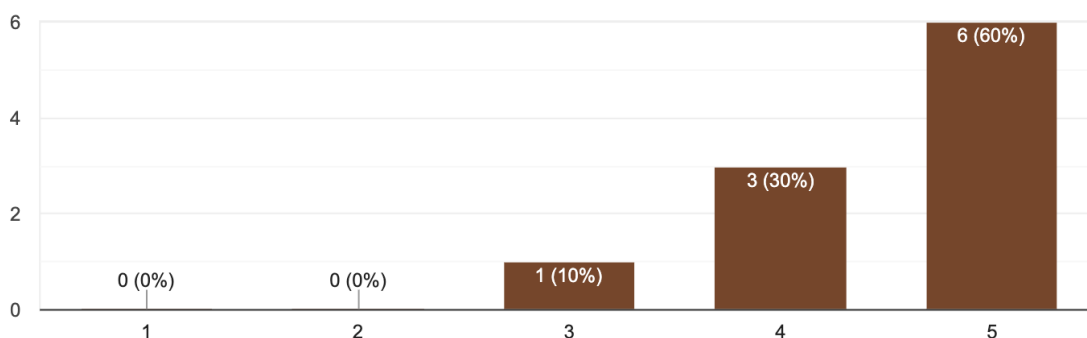
artístico-cultural. A educomunicação possui sua base no direito à liberdade de expressão, entre outros. De acordo com Soares (2016, p.19) a própria definição de Educomunicação “traduz uma prática latino-americana, que emerge da mobilização da sociedade civil, a partir dos meados do século XX, em torno do direito universal à expressão.”

Ainda com relação à terceira competência geral da Educação Básica presente na BNCC, 90% dos professores que responderam ao questionário a consideram como muito importante, outros 10% responderam de maneira neutra. Em contraposição a competência nº10, nesta competência (nº 3), de acordo com a Figura 15, o número considerável de 90% dos professores informam desenvolvê-la de maneira total ou parcial no contexto escolar. Entre as maneiras de aplicação os professores dizem promover espaços de apresentações artísticas, a reflexão a respeito de expressão, arte e cultura através dos conteúdos e de debates, além de saídas de campo para que os estudantes tenham contato com essas realidades além dos muros da escola.

Figura 15 - Grau de aplicação da competência nº 3 da Educação Básica

Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

10 respostas



A competência nº 9, entre as gerais da Educação Básica, está bastante ligada às relações interpessoais e questões sociais. A BNCC incentiva a comunidade escolar a:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 10)

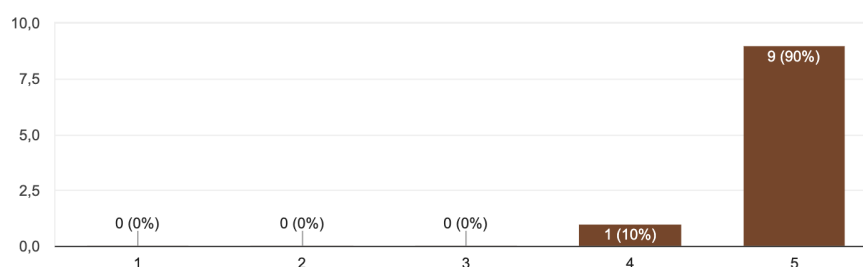
Novamente, a BNCC reforça uma questão que envolve os direitos humanos, especificamente, o respeito à liberdade de expressão. Essa competência, em especial, não envolve uma técnica de Comunicação, mas se justifica na Educomunicação pelo viés da pedagogia dialógica proposta por Soares em suas publicações, em que “não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas que a própria comunicação se converta no eixo vertebrador dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação.” (SOARES, 2000, p. 20). Um dos professores chegou a afirmar que, “em um ambiente tão diverso como a sala de aula, sempre nos deparamos com situações como a falta de empatia entre os colegas, conflitos de várias naturezas, atitudes discriminatórias etc.” Assim, a pedagogia dialógica baseada no pilar da comunicação, pode promover os meios de resolução desse tipo de conflito no ambiente escolar.

Dessa maneira, quando perguntados sobre os graus das aplicações da competência número 9 em sala de aula, 70% dos professores dizem aplicá-la de forma integral em seu planejamento, 20% aplicam de maneira parcial e 10% de maneira mediana. Porém, 90% desses professores julgam essa competência como muito importante conforme a Figura 16.

Figura 16 - Grau de importância da competência nº 9 da Educação Básica

"Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza" é uma competência que julgo ser:

10 respostas



Quanto às interpretações dos professores e aplicações no dia a dia escolar da 9ª competência do Ensino Básico, um dos entrevistados afirma que sempre pauta suas atividades e trabalhos com base no convívio social. Outro alega se utilizar de produções

audiovisuais que debatem temas pertinentes para trazer essas questões para os estudantes, além disso, ainda promovem atividades de expressões culturais para que os alunos possam compreender e se relacionar melhor com as mais diversas identidades e culturas.

Após a análise dos dados coletados por meio da aplicação do questionário, pesquisa bibliográfica e entrevista foi possível perceber como a Educomunicação está presente das mais diversas formas, em suas interpretações e aplicações, no contexto escolar, nesse caso, aplicado ao CEF 03 de Sobradinho-DF. Porém, mesmo estando presente de alguma forma, é preciso reforçar que um olhar sobre a Comunicação como sendo meramente um aparato tecnológico nas escolas é reducionista, e esse olhar ainda parece estar presente no contexto escolar de acordo com as respostas dos professores. Assim, é preciso ampliar as interpretações e aplicações da Educomunicação nas escolas, de maneira que, mesmo as disciplinas que não estão na área de Linguagens e a gestão escolar como um todo, contemplem os conhecimentos e práticas da Educomunicação.

4. CONCLUSÕES

Através da pesquisa e dos resultados encontrados sobre as práticas educomunicativas presentes na Base Nacional Comum Curricular, é possível constatar a importância e as contribuições da compreensão e uso dos processos comunicacionais para a formação do estudante como um indivíduo participativo, atuante e que usufrui com totalidade seus direitos como cidadão. Afinal, segundo Carvalho (2002), a cidadania sempre foi exercida de forma predominante pelos mais entendidos de seus direitos e garantias. Nesse sentido, o ambiente escolar e as práticas educomunicativas incentivadas pelos seus currículos funcionam como um forte aliado na formação de cidadãos críticos, mobilizadores e ativos.

Vale destacar que as ferramentas de comunicação, informação e os instrumentos de mobilização social dentro do contexto escolar abrem espaço para refletir sobre a profissionalização do docente educomunicador. A educomunicação já está presente nas escolas e nas orientações da BNCC, conforme Soares afirma:

As boas práticas do que hoje se afirma como sendo educomunicativo independe da adoção, pelos agentes culturais envolvidos, de uma nomenclatura específica. O que importa é que os indicadores do novo conceito possam ser percebidos e autenticados, entre os quais a gestão democrática das relações e dos recursos da comunicação em espaços educativos. (2013, p.193)

Porém, mesmo com os processos educomunicativos presentes no dia a dia escolar, ficou evidente neste trabalho que falta formação suficiente para que os professores e equipe pedagógica possam desenvolver novos métodos para lidar com todas as complexas vertentes da educomunicação. É preciso que sejam desenvolvidas políticas públicas de formação diante do que é proposto pela BNCC, seja formação continuada dos que já atuam na comunidade escolar ou seja uma formação de novos profissionais para atuar na área, frente às demandas do século XXI e as novas propostas de educação. Ainda assim, "o tema não envolve apenas especialistas na área, mas demonstra ser foco de preocupação de todos os que se decidem por qualificar os processos educativos destinados a uma infância e a uma juventude já inteiramente imersa no ecossistema midiático." (SOARES, 2016, p. 24) Também, é preciso reforçar a importância do ensino de Educomunicação nos cursos universitários de Comunicação, de maneira a formar comunicólogos que compreendam e apliquem essa abordagem.

Através desta pesquisa, foi possível pensar a BNCC em um viés que compreende mais do que somente o campo tradicional da Educação, pois:

A educomunicação, assim concebida, absorve seus fundamentos dos tradicionais campos da educação, da comunicação e de outros campos das ciências humanas e das artes, superando, desta forma, as barreiras epistemológicas impostas pela visão iluminista e funcionalista de relações sociais que mantêm os tradicionais campos do saber isolados e incommunicáveis. (SOARES, 2013, p.186)

Assim, essa perspectiva transdisciplinar nos revela que a Base Nacional Comum Curricular contempla muito bem as demandas relacionadas à Comunicação e à sociedade atual, que pede não somente a alfabetização midiática e informacional, mas uma comunicação que toque os processos sociais nos mais diversos meios, inclusive nas escolas. Mas essa análise também revelou que a BNCC peca ao não demonstrar por quais meios, recursos e formações as orientações propostas podem ser seguidas.

Refletir sobre o que a BNCC contempla é importante não só para vislumbrar possibilidades de garantir a aprendizagem dos conhecimentos em jogo e o desenvolvimento das habilidades em questão, mas também de analisar o que precisa ser contemplado para além da BNCC. (FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA, 2020)

Soares (2020) considera que a educomunicação possível e desejada é aquela que resgata o protagonismo dos estudantes e professores nos processos educativos por meio de uma comunicação dialógica e participativa. E de acordo com Santos e Ghisleni (2019, p. 15), “a Base Nacional Comum Curricular vem a colaborar para que se pense numa educação baseada na formação de habilidades e competências, visando uma formação integral, a partir de uma educação crítica e dialógica”. Unir esses dois processos pode contribuir para uma comunidade escolar que visa uma sociedade mais democrática e engajada com as questões de cidadania e mobilização social ao proporcionar, no ambiente de formação escolar, as noções de participação e criticidade quanto aos direitos e processos sociais.

Por fim, é preciso ter em mente que esta pesquisa possui uma abordagem exploratória e foi aplicada utilizando-se do procedimento metodológico de estudo de caso. As considerações aqui presentes revelam os apontamentos relacionados ao caso específico do CEF 03 de Sobradinho-DF mas, como já descrito anteriormente, podem compreender um caráter exemplar frente ao sistema de Educação vigente. Sendo assim, as perspectivas futuras apontam para a realização de uma pesquisa em maior escala que contemple dados quantitativos e qualitativos suficientes para apontamentos gerais, podendo, inclusive, resultar no desenvolvimento de produtos. Porém, notou-se durante o processo de aplicação dos passos apontados na metodologia, que existe certa incompatibilidade no dia a dia escolar com atividades de pesquisa, visto que há muita demanda de trabalho por parte da equipe pedagógica. Também, após as análises dos dados coletados e toda a investigação

bibliográfica, nasce a questão de quais políticas públicas poderiam ser implantadas de maneira eficaz no sistema educacional para compreender as questões relacionadas à educomunicação e letramento midiático nas escolas.

Outra questão levantada por essa pesquisa é o fato apontado pelos professores do desinteresse dos estudantes para o aprendizado de questões relacionadas às Tecnologias de Informação e Comunicação. Como também foi evidenciado neste trabalho, as relações com o meio digital mudaram no decorrer da pandemia do Covid-19, fator que pode contribuir para a saturação do uso das TIC's. Assim, para além das inovações tecnológicas é preciso entender a percepção social a respeito de instrumentos analógicos de comunicação e buscar o equilíbrio para o uso sustentável das TIC's pelos professores e estudantes. Também, notar e aplicar as abordagens da Educomunicação para além do ambiente digital, como por exemplo a pedagogia dialógica e gestão democrática, pode ser uma saída para entender como as novas gerações podem fazer o uso de novas tecnologias de maneira crítica e cidadã.

REFERÊNCIAS

- APARICI, Roberto (Org.). **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, M. Communication, power and counter-power in the network society. **International Journal of Communication**, 2007. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/46/35>>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA. Cursos Fundação Demócrito Rocha. **Educação Midiática e a BNCC**. Disponível em: <https://cursos.fdr.org.br/>>. Acesso em: 28 março 2022.
- FONTENELE, Luiggi. **Comunicação, Educação e Mobilização Social: a autonomia nos processos comunicacionais em escolas públicas do DF**. 27º Congresso de Iniciação Científica da UnB e do 18º Congresso de Iniciação Científica do DF, Brasília (DF), p. 1-9, 2021.
- FRANCO, Yuri Soares *et al.* **Comunicação escolar em tempos de pandemia**. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 7, n. 4, p. 49-59, dez. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/926>>. Acesso em: 22 março. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HENRIQUES, Márcio Simeone. NETO, Júlio Afonso Sá de Pinho. **Comunicação e Movimentos de Mobilização Social: Estratégias de Atuação das Organizações de Terceiro Setor na Área da Comunicação**. Congresso Brasileiro da Comunicação XXIV, 2001, Campo Grande/MS. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/149638061228392105244056327538046682914.pdf>>. Acesso em: 16 de março. 2022
- HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.
- LOPES, Paula. Literacia mediática – conceito e orientações: a abordagem europeia. **Literacia(s) e literacia mediática**. 2011. CIES-IUL. Disponível em [http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/195/1/literacia\(s\)%20e%20literacia%20mediatica.pdf](http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/195/1/literacia(s)%20e%20literacia%20mediatica.pdf)>. Acesso em: 03 abril. 2022

MÁRQUES, Fernanda Telles; TALARICO, Blueth Sabrina Lobo Uchôa. Da comunicação popular à educomunicação: reflexões no campo da “educação como cultura”. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 422-443, set. 2016. ISSN 1809-0354. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4897>>. Acesso em: 31 mar. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2016v11n2p422-443>.

MARRA, Milena *et al.* **Literacia mediática e accountability da mídia nas salas de aula: como desenvolver tais temas com professores, estudantes e comunidade escolar no ensino fundamental?**. 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, p. 1-13, Novembro 2020. Disponível em: <<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/view/2761/1381>>

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, práticas. Edição digital. Petrópolis, Rj: Vozes, 2018.

MEC. **IDEB - Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb#:~:text=Para%20tanto%2C%20o%20Ideb%20%C3%A9,do%20Censo%20Escolar%2C%20realizado%20anualmente.>> Acesso em: 25 de abril de 2022.

MEC. **Planejando a Próxima Década**: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em 25 de abril de 2022.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 30 de março. 2022.

PEREIRA, Patrícia. **Comunicação, educação e mobilização social: o ensino e aplicação de processos comunicacionais em escolas públicas do DF**. 26º Congresso de Iniciação Científica da UnB e 17º Do DF, Brasília (DF), p. 1-14, 20 maio 2021.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. DOI: 10.34019/1981-4070.2007.v1.20989. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em: 7 abr. 2022.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas**. Fronteiras – Estudos Midiáticos, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 33-44, 30 abr. 2009. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. Acesso em: 19 fev. 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Centro de Ensino Fundamental 03, Sobradinho - DF, 2021. Disponível em:

https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/ppp_cef_03_sobradinho.pdf.

Acesso em: 11 abril 2022

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo**. Pg. 42 a 57. Porto Alegre. Artmed, 2010.

RIBEIRO, L.C. de Q., SALATA, A., costa, L. e ribeiro, M.C. **Desigualdades digitais: Acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras**”. 2013. *Análise Social*, 207, xlviii (2.º), pp. 288-320.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SEIBT, Indiara Palhano. **BNCC- Base Nacional Comum Curricular:: A abordagem da tecnologia da informação e comunicação (TIC's) nas séries finais do ensino fundamental**. Orientador: Gilse A. Morgental Falkembach. 2019. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Mídias na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/200569/001103271.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 fev. 2022.

SILVA, Diva. A experiência da educomunicação no contexto da pós-graduação. In: **Educomunicação: reflexões e práticas na educação** – Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SOARES, I. de O. A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 13-25, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v21i1p13-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451>. Acesso em: 2 fev. 2022.

SOARES, I. de O. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 7-24, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v23i1p7-24. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In: LIMA, João Cláudio Garcia R.; MELO, José Marques de (org.). **Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil: 2021/2013**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 11. p. 169-202. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_panoramadacomunicacao2012_2013_vol04.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**. N. 19, p. 12-24, dec. 2000. Disponível em: <http://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2000/09/Educomunicacao-um-campo-de-mediacoes.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2022

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**. São Paulo. Ano VIII, jan/abr. 2002, nº 23. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4614999/mod_resource/content/3/Soares%20Ges%20C3%A3o%20Comunicativa.pdf. Acesso em: 10 de março. 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SOUSA, C. N. de; GOUVEIA, T. P. de S.; OLIVEIRA, D. L. de. O povo que pronuncia seu mundo: Paulo Freire e a superação da cultura do silêncio no semiárido paraibano. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 210-227, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v26i2p210-227. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/187330>. Acesso em: 24 maio. 2022.

TORO, J. B.; WERNECK, N.M.D. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasil: UNICEF, 1996. Disponível em: <http://comcom.fac.unb.br/images/docs/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-werneck.pdf>. Acesso em: 14 março. 2022

UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>. Acesso em: 19 fev. 2022.

UNESCO. **O programa de Comunicação e Informação**. [Brasília], 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002321/232157por.pdf>. Acesso em: 22 março 2022.

UNESCO. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias**, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421>. Acesso em: 22 março. 2021.

VALIM, Eliane Vieira; MALDAMER, Jair José; CAVALCANTE, Rivadávia; DE SENNA, M.L. Gomes. **A contribuição da educomunicação para uma formação ampla e integral no ensino médio: Legislação, currículos e espaço catalisador**. Revista Educação, Cultura e Comunicação (ECCOM), [s. l.], ano 2020, v. 11, n. 22, ed. 22, 21 set. 2020. Disponível em: <http://fatea.br/seer3/index.php/ECCOM/article/view/1183>. Acesso em: 7 fev. 2022.

APÊNDICE

Questionário aplicado pelo estudo

1. Idade

Entre 20 e 25

Entre 26 e 30

Entre 31 e 35

Entre 36 e 40

Entre 41 e 45

Entre 46 e 50

Entre 51 e 55

Entre 56 e 60

+60

2. Gênero

Masculino

Feminino

Outro

3. Email

4. Qual sua formação e escolaridade?

5. Qual disciplina você leciona no CEF 03?

Língua Portuguesa

Redação

Língua Estrangeira

Artes Visuais

Artes Cênicas

Educação Física

6. Quais disciplinas você está lecionando no momento?

7. Considerando "1" como "Discordo totalmente" e "5" como "Concordo totalmente", você se sente habilitado(a) para o que leciona?

1

2

3

4

5

8. Quais disciplinas você lecionou até 2021?

9. Atualmente, você desenvolve algum projeto na escola?

Sim

Não

10. Caso a resposta anterior tenha sido "sim", qual(is) projeto(s) você desenvolve na escola? Como eles funcionam?

11. Qual(is) projeto(s) você desenvolveu na escola até 2021?

12. No caso de ter participado de algum projeto já encerrado, quais desafios foram enfrentados? (Escolha entre os itens abaixo e/ou inclua uma resposta adicional)

Falta de apoio da Secretaria de Educação

Falta de apoio da Regional de Ensino

Falta de apoio da Direção

Falta de interesse de colegas

Falta de interesse de alunos

Falta de interesse dos pais

Falta de tempo

Problemas particulares

Outros

13. Quais foram os principais impactos positivos do Projeto?

Conscientização dos estudantes

Mobilização estudantil

Engajamento e interação entre os alunos

Aprendizado de competências específicas

Outros

14. Quais são os principais desafios enfrentados na execução de projetos atuais?

Falta de apoio da Secretaria de Educação

Falta de apoio da Regional de Ensino

Falta de apoio da Direção

Falta de interesse de colegas

Falta de interesse de alunos

Falta de interesse dos pais

Falta de tempo

Problemas particulares

Outros

15. Considerando "1" como "Discordo totalmente" e "5" como "Concordo totalmente", o quão relevante você considera envolver os estudantes na tomada de decisões de questões relacionadas ao dia a dia escolar?

1

2

- 3
- 4
- 5

16. De que maneira você promove a participação dos estudantes nessas questões?

17. Você se sente preparado para ministrar aulas que envolvam as Tecnologias de Informação e Comunicação (Internet, celular, vídeos, rádio)?

- 1 - Nada preparado
- 2
- 3
- 4
- 5 - Muito preparado

18. Você já fez algum curso de formação continuada que envolva o ambiente digital e tecnologias relacionadas?

- Sim
- Não

19. Caso tenha respondido sim na última questão, qual(is) curso(s)?

20. Caso a resposta para a pergunta anterior tenha sido sim, o curso (ou algum dos cursos) foi provido pela Secretaria de Educação?

- Sim
- Não

21. Quais são os desafios que você enfrenta ao tratar sobre questões de Informação e Comunicação em sala de aula?

- Falta de recursos materiais
- Falta de recursos didáticos
- Falta de preparo
- Desinteresse dos estudantes
- Outros

22. Antes da pandemia da Covid-19, você usava alguma Tecnologias de Informação e Comunicação (a exemplo de recursos como mídias sociais, classroom e etc) como ferramenta pedagógica?

23. Caso tenha respondido que sim na última questão, como era feito o uso dessas Tecnologias de Informação e Comunicação?

24. Selecione as Tecnologias de Informação e Comunicação que passou a usar para fins didáticos durante a pandemia.

- WhatsApp

Microsoft Teams
Google Classroom
Instagram
Zoom
Telegram
Outros

25. Sua relação com o ambiente digital mudou durante a pandemia?

Sim
Não

26. Caso tenha respondido que "sim" na questão anterior, como foi essa mudança?

27. Você já leu a Base Nacional Comum Curricular?

28. Como você seleciona os conteúdos e competências a serem tratados em sala de aula?

29. "Conhecer e explorar diversas práticas de linguagens em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa" é uma competência que julgo ser:

1 - Nada importante
2
3
4
5 - Muito importante

30. Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

1 - Não aplico
2
3
4
5 - Aplico totalmente

31. Se você incentiva ou já estimulou a competência descrita acima, por favor, descreva aqui de que maneira isso acontece ou já aconteceu.

32. "Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação" é uma competência que julgo ser:

- 1 - Nada importante
- 2
- 3
- 4
- 5 - Muito importante

33. Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

- 1 - Não aplico
- 2
- 3
- 4
- 5 - Aplico totalmente

34. Se você incentiva ou já estimulou a competência descrita acima, por favor, descreva aqui de que maneira isso acontece ou já aconteceu.

35. "Utilizar diferentes linguagens para argumentar, estudar e defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo" é uma competência que julgo ser:

- 1 - Nada importante
- 2
- 3
- 4
- 5 - Muito importante

36. Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

- 1 - Não aplico
- 2
- 3
- 4
- 5 - Aplico totalmente

37. Se você incentiva ou já estimulou a competência descrita acima, por favor, descreva aqui de que maneira isso acontece ou já aconteceu.

38. "Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos" é uma competência que julgo ser:

- 1 - Nada importante
- 2
- 3
- 4
- 5 - Muito importante

39. Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

- 1 - Não aplico
- 2
- 3
- 4
- 5 - Aplico totalmente

40. Se você incentiva ou já estimulou a competência descrita acima, por favor, descreva aqui de que maneira isso acontece ou já aconteceu.

41. "Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais" é uma competência que julgo ser:

- 1 - Nada importante
- 2
- 3
- 4
- 5 - Muito importante

42. Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

- 1 - Não aplico
- 2
- 3
- 4
- 5 - Aplico totalmente

43. Se você incentiva ou já estimulou a competência descrita acima, por favor, descreva aqui de que maneira isso acontece ou já aconteceu.

44. "Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais" é uma competência que julgo ser:

- 1 - Nada importante
- 2

- 3
- 4
- 5 - Muito importante

45. Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

- 1 - Não aplico
- 2
- 3
- 4
- 5 - Aplico totalmente

46. Se você incentiva ou já estimulou a competência descrita acima, por favor, descreva aqui de que maneira isso acontece ou já aconteceu.

47. "Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural" é uma competência que julgo ser:

- 1 - Nada importante
- 2
- 3
- 4
- 5 - Muito importante

48. Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

- 1 - Não aplico
- 2
- 3
- 4
- 5 - Aplico totalmente

49. Se você incentiva ou já estimulou a competência descrita acima, por favor, descreva aqui de que maneira isso acontece ou já aconteceu.

50. "Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza" é uma competência que julgo ser:

- 1 - Nada importante
- 2
- 3
- 4

5 - Muito importante

51. Com base na sua resposta anterior, em que grau você aplica esta competência em sala de aula?

1 - Não aplico

2

3

4

5 - Aplico totalmente

52. Se você incentiva ou já estimulou a competência descrita acima, por favor, descreva aqui de que maneira isso acontece ou já aconteceu.

Roteiro de entrevista semi estruturada com o coordenador pedagógico do CEF 03, Samuel Montenegro

1. Como você considera que a relação entre comunicação e educação pode contribuir para a cidadania e para o contexto social em que os estudantes estão inseridos?

Resposta de Samuel:

Eu considero que a gente (a escola) tem que educar para que os alunos saibam se comunicar, consumir e produzir conteúdo. Por exemplo, o CEF 03 já está com um projeto de implantação da rádio da escola e ainda temos alguns projetos de professores que envolvem a produção de manifestos, cartazes e campanhas. Então, a comunicação é uma ferramenta poderosa para que os alunos consigam expressar suas ideias e para trabalhar conteúdos e habilidades com eles (alunos). A gente também precisa ensinar os alunos a filtrar as notícias verdadeiras das falsas, a ler e consumir conteúdos e interpretá-los e a comunicação tem esse papel.

2. Existem espaços ou ferramentas que promovam a participação estudantil na escola? Se sim, de que forma a escola incentiva essas atividades?

Resposta do Samuel:

Existem esses espaços. Nós temos o Conselho dos Representantes, onde os representantes de sala se reúnem no início do ano ou quando acontece alguma situação grave para deliberar. Nós também estamos implantando o Conselho de Classe Participativo, em que esses alunos podem participar das discussões e ter voz dentro do conselho, apresentando suas demandas, angústias e impressões da sala de aula. Então, nós, da gestão da escola, estamos buscando implantar esses espaços de participação estudantil.

3. Você já leu a BNCC? De que forma o documento orienta o CEF 03 para uma educação justa, democrática e de qualidade?

Resposta do Samuel:

Dei “uma passada de olho” na BNCC.

O CEF 03 é orientado tanto pela BNCC quanto pelo Currículo em Movimento, que é o currículo proposto pela Secretaria de Educação, baseado na BNCC. Os dois documentos trazem valores de uma educação democrática e justa.

Nós nos baseamos e temos vários instrumentos inspirados neles, como as diferentes perspectivas de avaliação - ao invés de contar só com a prova, por exemplo - e a educação em ciclos - tratando as séries não como “caixinhas separadas” mas como ciclos de aprendizagem, em que o que não foi aprendido em um ano pode ser recuperado no outro.

Tentamos trabalhar na escola todas essas ferramentas que tem no Currículo e na BNCC. No dia a dia, nem sempre conseguimos, mas a gente tem tentado.

4. Você considera importante que os alunos usem e se apropriem das tecnologias digitais de informação e comunicação? Se sim, de que forma a escola incentiva isso?

Resposta do Samuel:

Considero importante que os alunos se apropriem das tecnologias digitais na escola.

Desde a pandemia, não proibimos mais o uso de celular em sala de aula (a critério do professor), conseguimos disponibilizar a rede wi-fi para os estudantes e temos Smart TV em todas as salas conectadas à Internet.

Alguns professores utilizam celular em sala justamente para incentivar esse uso das tecnologias, porque não dá mais para ignorar, é uma realidade nossa. Temos também um projeto do integral (da turma que estuda no período integral), em que os estudantes têm aula de programação, de informática, de Photoshop e de vários outros temas. Então, é mais um incentivo para o uso dessas tecnologias.

5. Você considera importante que a escola desenvolva mais atividades (envolvendo a comunicação) que incentivem a atuação dos estudantes no contexto em que estão inseridos (na comunidade, na escola)? Se sim, como?

Resposta do Samuel:

Considero importante a escola desenvolver essas atividades envolvendo comunicação. Acho que a gente precisa não só incentivar a implantação de ferramentas de rádio, jornal e audiovisual, mas também incentivar projetos dos alunos junto à comunidade.

Podemos também incentivar a utilização dos espaços da escola (como o muro da escola) para para que os alunos se comuniquem com a comunidade, seja por meio de arte, de mensagens ou de outras formas. Assim, os próprios alunos podem se tornar comunicadores junto às suas famílias. O CEF 03 pode, inclusive, ajudar a fazer transformações na comunidade por meio dos estudantes.